

1. INTRODUÇÃO

A massificação esportiva que assistimos hoje faz parte do amplo e complexo discurso que se desenvolve sobre o corpo e suas diversas manifestações. Educado pelo esporte, “domado”, para que contenha suas energias sexuais (GAY, 1995), o corpo também é hoje exposto, sensualizado, sexualizado, mas não menos reprimido. Um fenômeno social diversificado que possui nuances que perpassam pelo preconceito, pela menoridade esportiva atribuída às mulheres, pelo embrutecimento masculino, pela precocidade do treinamento, pela beleza atlética dos gestos, arregimentando crianças, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais.

O corpo do esporte, fruto de um treinamento intensivo que não tolera dispersões, também faz parte de um processo pelo qual os corpos da pessoas passam (sofrem) no contemporâneo e que advoga como ele deve ser e como ele não pode ser. Uma imensa indústria oferece mil possibilidades para esse esquadrinamento corporal, desde próteses, cremes, tratamentos, até atividades físicas que são influenciadas pelo suposto desejo dos indivíduos, sua preocupação com a saúde, com a necessidade de uma espécie de disciplina corporal. A cada dia novas e sofisticadas maneiras de potencializar o corpo são descobertas e colocadas em prática em um mundo onde ser diferente não é mais possível, ou é apenas a volta do sempre-o-mesmo.

E o esporte torna-se um dos veículos privilegiados nesse processo de potencialização corporal do qual a Educação Física participa alternando os papéis de coadjuvante e de atriz principal. Por um lado prescrições da mídia televisiva e das revistas ilustradas parecem prescindir dos professores de Educação Física, por outro é no discurso do Esporte que a primeira exerce seu papel mais fortemente. Como forma

de legitimizar sua importância ela cola sua atenção com a preocupação de uma espécie de *pedagogia corporal* (VAZ, 2002) e juntamente com outros discursos destinados ao esporte, confirma um papel positivo a ele atribuído, o poder da cura. Esse esporte torna-se cura para vícios, para a obesidade, para a má qualidade de vida, para o tabagismo, o sedentarismo, a preguiça. Ele é responsabilizado pela formação de hábitos saudáveis e é claro pela inclusão social. Por meio dele se integram os indivíduos, ocupam suas horas de lazer seja praticando ou mesmo assistindo ao fenômeno. Desse modo a Educação Física participa de uma “manobra de guerra” contra a falta de disciplina corporal, o ócio e a falta de vontade. Um exemplo desse processo é a presença massiva e hegemônica do esporte como referência primeira nas aulas de Educação Física na escola.

É fácil identificar a associação do esporte com a Educação Física brasileira se pensarmos nas práticas correntes nas escolas que, como dissemos, organiza suas aulas por este conteúdo comum. Mas também é em seu próprio Conselho Profissional que vemos o mais forte discurso na busca pela vida ativa e pela saúde e o esporte como principal vetor nesse processo. Também é uma das faces deste movimento pró esporte, que afirma seu caráter positivo, em ano de Olimpíadas, mas não só, o incentivo do Ministério dos Esportes brasileiro à prática esportiva e seus atuais investimentos que demonstram essa preocupação. Os Jogos Pan-americanos realizados no Rio de Janeiro, o desejo de uma Olimpíada no Brasil, A Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil em 2014, misturam a preocupação econômica e ideológica do Ministério e que possui também sua versão tupiniquim, posta em prática pelos projetos sociais como: Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Descoberta do Talento Esportivo, Bolsa-atleta, entre outros.

Todas essas preocupações já estiveram presentes no horizonte de teóricos que se debruçaram sobre o esporte, antes mesmo da espetacularização massiva que ele tem

hoje. Analisamos neste trabalho a crítica ao esporte de rendimento que o tomou como reflexão e discutiu problemas relacionados a ele, hoje tão atuais. Essa crítica que analisamos fez parte do movimento contestatório chamado de Nova Esquerda.

A Nova Esquerda foi um momento de protesto que se refere aos movimentos radicais de esquerda dos anos 1960 em diante. Chamada de *New Left*, se diferenciava das reivindicações esquerdistas anteriores que haviam sido mais orientados para um ativismo trabalhista, e adotaram uma definição de atuação política mais ampla, comumente chamada de social, tendo como seu ideólogo mais importante Herbert Marcuse, o frankfurtiano mais ativo politicamente, o embasamento teórico mais preciso. Foi um movimento intelectualmente dirigido, que ao invés de se focar na economia, voltava sua atenção para a cultura ocidental tratando de temas como raça, gênero, sexualidade e elitismo tanto do lado econômico como aquele do conceito de classe. Desse movimento faziam parte estudantes, escritores, poetas e teve seu ápice nas barricadas de maio de 68. Dentro desse espectro se desenvolveu a crítica ao esporte de rendimento que como outros fenômenos sociais da civilização ocidental foi colocado em questão pela Nova Esquerda.

A crítica dirigida ao esporte, ficou conhecida como o conjunto de textos e idéias que se estabeleceu, nas Ciências Sociais, especialmente na França e na Alemanha, mas também nos Estados Unidos, e que foi chamada Teoria Crítica do Esporte. Essa crítica desenvolvida principalmente por teóricos como Jean-Marie Brohm, Bero Rigauer e Gerard Vinnai, considerando principalmente, mas não exclusivamente, as assertivas de Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse e também de Jürgen Habermas a respeito do *mundo administrado*, do qual práticas esportivas fazem parte, ousou questionar a adoração ao esporte que o considerava um elemento positivo inclusive do ponto de vista pedagógico. O presente trabalho se ocupa desse movimento e dessa tradição,

procurando compreendê-lo em algumas de suas teses centrais e desdobramentos teóricos e políticos.

Em nosso primeiro capítulo apresentamos esta dura crítica dirigida ao esporte, que emprestou das análises da Escola de Frankfurt (que naquele momento gozavam de grande prestígio) temas como a associação do corpo à maquinaria, o fetiche da técnica, a adoração ao progresso e ao rendimento. As idéias centrais da Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt foram tomadas apenas parcialmente por aquele movimento, mas foram, de qualquer modo, a inspiração para que a associação entre esporte e o que havia de pior no capitalismo fosse desenvolvida, atribuindo ao esporte uma condição de representante ideológico do mundo administrado.

Logo depois observamos a crítica dirigida à Teoria Crítica do Esporte, seja em registro conservador ou na concorrência com outras perspectivas da Sociologia do Esporte. Nesse momento analisamos algumas críticas que apontam para a forma como as teses da Teoria Crítica do Esporte foram desenvolvidas, já que por vezes esqueceu, por exemplo, que os frankfurtianos enxergavam de forma ambígua o esporte, como um representante do domínio do corpo, mas também como um possível momento de reconciliação.

Um terceiro ponto foi o estudo do percurso de desenvolvimento da Teoria Crítica do Esporte em seus desdobramentos no Brasil e na América Latina. Para isso consideramos o fato de ela ter encontrado espaço nos debates críticos da Educação Física brasileira nos anos 1980 e 1990, como uma forma de apoio teórico e político na tentativa de compreender a fascinação esportiva que já começava a se manifestar entre nós tanto no registro escolar como nas práticas de lazer e de saúde. Em nosso país teve uma recepção fria e distante nas Ciências Sociais – ao contrário, em parte, do que aconteceu em países da Europa e nos Estados Unidos. A recepção brasileira dessas

idéias parece ter se materializado em dois momentos. Um que se refere à apropriação do ideário da Nova Esquerda como embasamento teórico para análise do fenômeno esportivo, mas em sua forma nacional como estratégia de construção de uma hegemonia do Estado capitalista e mesmo ditatorial (CAVALVANTI, 1984). E um segundo, que momento se materializa em trabalhos que percorrem a crítica a esse movimento, a sua legitimidade junto a outros estudos sobre o esporte e também apresentam um pequeno esforço de apresentação das teses.

Estivemos atentos durante todo o trabalho à relação entre a Teoria Crítica do Esporte e o legado da Escola de Frankfurt, especialmente no que se refere à *indústria cultural* (HORKHEIMER; ADORNO, 1985) e aos processos de dominação do corpo determinados, entre outros mecanismos, pela *dessublimação repressiva* (MARCUSE, 1966) e pela equiparação do corpo à maquinaria. Parece de fundamental importância perceber a presença dessa crítica se imaginarmos que ela foi gestada em países com um rendimento esportivo propiciado pelo desenvolvimento tecnológico de altíssimo nível, enquanto que entre nós ela aparece, mesmo que pouco discutida, no discurso da Educação Física, em um país que ainda parece não sustentar um poderio olímpico que faça frente aos países mais desenvolvidos. Ou ainda se lembrarmos que em outros países há uma popularização dos fenômenos esportivos como um todo enquanto que no Brasil (e em nossas escolas) prevalece a monocultura esportiva com a presença hegemônica do futebol em nossa prática e também nosso imaginário.

Por fim, encontram-se algumas considerações finais que apontam para um possível futuro do trabalho, e em anexo está um capítulo que apresenta algumas teses de Herbert Marcuse, que pode ser lido como um excuroso ao primeiro capítulo ou como uma introdução geral teórica ao trabalho, com bem preferir o leitor, já que as teses deste

teórico, presentes naquelas desenvolvidas pelos teóricos da Teoria Crítica do Esporte, sustentam o diálogo que elaboramos com esse movimento.

2. A PRODUÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DO ESPORTE E SUA INSPIRAÇÃO FRANKFURTIANA

Trata-se o esporte de um fenômeno social contemporâneo, por muitos considerado uma expressão da mais eficiente performance humana, dos ideais de beleza atlética, daquele que supera adversidades e que não é perdedor. Os feitos dos atletas superam a condição individual, sendo por vezes considerados conquistas da humanidade. Diz-se, por exemplo, que “o homem” correu uma certa distância abaixo de um determinado tempo, mesmo que apenas uma pessoa – quase sempre do sexo masculino – o tenha feito. O que mais claramente se apresenta no esporte moderno é um misto bem colorido entre uma tradição que clama por um essencialismo que talvez não exista e uma espetacularização exacerbada que ultrapassa as barreiras do imaginável (GOELLNER, 2004).

Nada lembra no esporte (embora vários estudiosos e a mídia insistam na tese e construam discursos fervorosos a favor) uma evolução linear das atividades humanas que são consideradas “esportivas” na Antiguidade Grega. Esse esporte que conhecemos pouco faz recordar as atividades corporais de outrora, dos inícios do Moderno, as festas populares, comemorações religiosas e os agradecimentos pela colheita. Inicialmente os grandes clãs rurais comemoravam a chegada das estações, os períodos de plantio e de colheita com festas onde havia disputas com variadas atividades. Acreditava-se que as lutas, competições de flauta, poesia, trovas, todas elas, se bem desenvolvidas, tinham o poder de trazer prosperidade ao povoado onde fossem celebradas. Atravessar rios, colher flores, cortar árvores, entre outras, eram todas atividades ritualísticas que tinham um caráter de jogo e que eram responsáveis pela harmoniosa sucessão entre colheita e plantio. Não importava qual competição era colocada em prática e sim se era concluída

com êxito, já que cada competidor deveria oferecer mostra de sua superioridade. Nesses rituais, as idéias de virtude, honra, nobreza e glória, já estavam associadas ao jogo.

À medida que a civilização foi avançando e a urbanização levou a outras condições de existência, a nobreza inicialmente ligada aos grandes oligarquias rurais foi se afastando dos jogos mais populares e estes do sentido de festa a eles atribuído. O jogo então perde seu caráter rural e vai constituir-se como divertimento das classes dominantes emergentes quando em seu tempo de não trabalho (BRACHT, 2003). Onde quer que os jogos agora fossem praticados, eram associados a um contexto de industrialização emergente. Aos poucos o jogo foi afastando-se do lúdico e como estava associado a uma forma de resistência popular, por vezes, ficou restrito regionalmente. As escolas receberam esses jogos, que por elas foram transformados em esporte, incorporando valores como a competição e o rendimento, e assumindo as características que hoje conhecemos (IBIDEM, 2003).

Este processo também teve sua versão “tropical”, encontrando no Brasil um modelo de modernização que, mesmo em suas singularidades, fazia eco ao ritmo imposto pela globalização¹, Sevcenko (1992) mostra como o esporte imprime esse caráter de modernidade à cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, a urbanização acelerada da cidade é também sustentada pelo esporte que se propaga como marca distintiva de um caráter modernizador que era absorvido por vários setores da sociedade. Esta assumia suas novas características, como as idéias do corpo-máquina, da disciplina, da energia, do ritmo, e também das novas

¹ O campo esportivo no Brasil desenvolveu-se tardiamente em relação a outros países. Entretanto, como em outros lugares, esportes mais ligados a aristocracia, considerados entretenimentos saudáveis, com o turfe desenvolveram-se primeiramente. Logo depois, outros esportes foram sendo absorvidos pela sociedade brasileira. Como é o caso do remo, que surge no Brasil em um momento de urbanização acelerada e de uma nova concepção de corpo e saúde. Sobre o tema conferir Melo (1999).

possibilidades tecnológicas, como se pode ver nestes trechos do jornal diário *O Estado de São Paulo* analisados por ele².

Nem só guerra e festival – o novo surto desportivo era tido também como um fator inquestionável de incremento da produtividade econômica. [...] Nos atuais campos do esporte está se preparando uma geração que indiscutivelmente modificará de modo acentuado a nossa moral e a grande atividade do povo paulista em todos os seus desdobramentos do seu comércio. Da sua indústria e da sua agricultura. Não deveria escapar de fato a nenhum observador atento o quanto o adestramento físico e a suas necessárias implicações, em termo de higiene, profilaxia, alimentação e regularização da vida cotidiana, acarretariam não só em aumento das aptidões físicas individuais, mas, sobretudo, numa consistente disciplina do comportamento e num estímulo extraordinário dos dispêndios de atividade, os quais causariam um impacto principalmente na dimensão das expressões coletivas. (SEVCENKO, 1992, p. 47).

O esporte moderno possui um novo caráter que exalta uma nova cultura. Exige uma nova relação com o corpo, corpo-saúde, corpo-liderança, corpo-conquista, corpo-desafio. Essa nova cultura celebra os grandes números, procura o mais rápido, o mais forte, o melhor; *esportiviza* a política, a sexualidade, a arte e outras esferas sociais; faz-se representar pela consagração do rendimento e da mensuração ao acentuar a idéia de que a impotência tem de ser de qualquer maneira solapada. Para Goellner (2004):

O esporte que hoje vivenciamos é aquele que se consolida no fim do século XIX e início do XX e que se traduz como signo de uma sociedade que enaltece os desafios, as conquistas, as vitórias, o esforço individual. É o "esporte moderno", que se origina no século XVIII e se expressa nas public schools inglesas, espaço de construção dos corpos e dos valores burgueses. O esporte que passa a ser ensinado consoante as regras sociais e morais daquele tempo e que, ao modificar alguns dos antigos jogos populares, impõe a necessidade de uma educação do corpo e do espírito dos jovens de forma a despertar lideranças e a personificar, em carne e osso, os ideais representativos de um grupo social específico (GOELLNER, 2004, p. 3).

² Também para as classes trabalhadoras isso se fazia presente (Moraes, 2007).

O esporte passa a ser um novo estilo de vida que deve ser seguido. E, como tal, os elementos que dele fazem parte, além de sustentarem as comparações atléticas e o elogio ao corpo-saúde, também incitam a moral. As atividades esportivas aparecem então como índice de formação moral, de inclusão, de disciplina e humildade, sendo os atletas freqüentemente considerados modelos a ser seguidos. É fácil encontrar manuais de treinamento que não apenas procuram potencializar as qualidades físicas dos atletas, mas também as morais, defendendo que o treinamento esportivo promoveria o desenvolvimento do “bom caráter” e da “disciplina”, entre outras virtudes. Essas representações ainda sobrevivem, em que pese todas as ponderações que o esporte sofreu e sofre nas Ciências Sociais e na Educação Física (KUNZ, 1989, entre tantos outros), onde se denuncia o culto irrefletido ao treinamento corporal, ao assemelhamento do corpo e à maquinaria, fenômeno que resiste até mesmo às denúncias sobre o constante uso de doping³. Continua a crença algo irrefletida em seu poder civilizador, regenerador e de inclusão social (BASSANI; TORRI; VAZ, 2003).

Em geral, posições que engrandecem o esporte superam as críticas a ele endereçadas, entretanto, por vezes sua hegemonia foi questionada e colocada à prova. Há abordagens que desde as Ciências Sociais⁴ tomaram e tomam criticamente o esporte como tema. Faz parte desse conjunto de críticas uma perspectiva que se desenvolveu no contexto das Ciências Sociais européias e norte-americanas nos anos sessenta do século passado, em meio aos conflitos estudantis e à contracultura, tornando-se conhecida como *Teoria Crítica do Esporte*. Esse movimento, amparado pelas críticas à cultura e à

³ As críticas ao uso do doping reforçam o ideário esportivo na medida em que reforçam a ideologia da igualdade de chances, da meritocracia, do “jogo limpo”, celebrando a crença no poder “moral” do esporte.

⁴ Já no século XIX o esporte era tema para pesquisas que discutiam sua origem, relação com a cultura e a religião. Entretanto, era percebido como um tema menor ao lado de outros mais em emergência. Os primeiros trabalhos mais abranentes sobre o tema aconteceram já no século XX, com Risse (1921) e Steinitzer (1910) embora a área ainda não considerasse à sociologia do esporte como sua disciplina, associando as pesquisas sobre o esporte a sociologia do lazer, da cultura e outros sendo que a sociologia do esporte nasce de fato na década de 70 (PILZ, 1999).

economia desenvolvidas principalmente por intelectuais da Escola de Frankfurt, colocou em questão o esporte e sua suposta pureza oriunda do ideal olímpico. Trata-se das idéias desenvolvidas e divulgadas por Jean-Marie Brohm, Bero Rigauer e Gerard Vinnai, entre outros, que fizeram uma recepção fervorosa, porém seletiva, das idéias da Escola de Frankfurt – principalmente de Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse – ao analisar o esporte de alto rendimento.

Ao realizarmos um *mapeamento* da Teoria Crítica do Esporte, localizando as teses centrais de seus principais autores, nota-se, que desde logo se colocaram contra a crítica ao esporte *apenas* nos países capitalistas, estendendo suas reflexões também para o mundo socialista. Para eles, tanto o esporte praticado em um regime, quanto no outro, tratava o corpo da mesma maneira, ou seja, como matéria moldável, como possibilidade de performance e como a exaltação do corpo potência que deveria ser o exemplo da nação forte. Não propuseram, portanto, como alguns críticos que os antecederam nos anos 1920 e 1930, a instituição de um *esporte proletário*. A Teoria Crítica do Esporte se propunha a pensar as práticas esportivas por elas mesmas, criticando-as internamente, mas não deslocadas de seu espaço e de seu tempo, observando o lugar e finalidade do esporte na sociedade burguesa e também nas sociedades onde o *socialismo real* foi praticado⁵.

Um dos fatores que possibilitou o surgimento da crítica ao fenômeno esportivo foi o grande desenvolvimento que o esporte de alto rendimento alcançou nos países que compunham o Pacto de Varsóvia⁶. Os recursos financeiros, humanos e materiais, associados ao desenvolvimento científico e tecnológico, nos fazem lembrar do contexto

⁵ Lembre-se que os países que fizeram parte do Pacto de Varsóvia, principalmente a ex-União Soviética e a Alemanha Oriental, faziam a ardorosa apologia do Olimpismo. O esporte nesses países era defendido como recurso importante na formação moral e social, como resistência ao profissionalismo no mercado e ao imperialismo. Algo disso tudo ainda permanece hoje, ainda que de forma desgastada, em Cuba.

⁶ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada em maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu, inclusive a hoje extinta URSS como opositora da OTAN (Organização Tratado Do Atlântico Norte, que unia as nações capitalistas da Europa Ocidental e os EUA).

da Guerra Fria travada entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética: a corrida armamentista, a pesquisa espacial e também as competições esportivas que fizeram parte da intensa disputa entre as potências da época, além do amplo desenvolvimento do treinamento desportivo, da tecnologia nele empregada – inclusive nos processos de doping –, contribuindo para a constituição do espetáculo que hoje acompanhamos com avidez.

O esporte contemporâneo transformou-se em um espetáculo mais do que rentável, algo explicitamente demonstrado pelo imenso poderio da indústria do entretenimento que tem nele senão a maior, uma das mais lucrativas mercadorias. Tudo que é apresentado pelo esporte se torna vendável, inclusive o corpo e a imagem do atleta. O esporte aparece em todos os canais de televisão, se torna objeto de inúmeras publicações que a ele se dedicam com exclusividade, fonte de propaganda de grandes empresas comerciais que nem sempre se vinculam diretamente às atividades atléticas.

A Teoria Crítica do Esporte não desejava criticar o esporte “capitalista”, ou mesmo *ocidental*, mas sim as condições que faziam com que ele acontecesse, sua lógica de dominação, repressão, e a alienação por ele reforçada. Reconheciam os teóricos críticos, portanto, que tanto o esporte praticado no capitalismo, quanto o que fazia parte do socialismo real, serviam para aumentar a dominação, não importando em qual regime político ele estivesse presente. Como o Marxismo tornado ideologia de Estado, isto é, como o socialismo real, não oferecia condições para que a lógica econômica e social se alterasse, ou mesmo para que um outro modelo de esporte fosse praticado, os teóricos críticos foram encontrar alternativas no Marxismo Ocidental⁷, opondo-se ao

⁷ Vários pensadores ocidentais entraram em desacordo com o Materialismo Histórico determinista e constituíram o que conhecemos por Marxismo Ocidental. Trata-se de um corpo de idéias, intervenções teóricas e análises históricas que denotam o pensamento marxista não-soviético. O Marxismo Ocidental abarca autores como Georg Lukács, Walter Benjamin, Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci, os representantes da Escola de Frankfurt e outros. Esses autores acreditavam que a revolução estava fadada ao fracasso se os aspectos culturais das sociedades não fossem levados em consideração (ANDERSON, 1976).

comunismo, sua celebração dos meios de produção, da dominação da natureza e do esporte.

Nesse quadro, a vinculação com a Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt foi e é evidente. Os frankfurtianos desenvolveram uma crítica radical ao que chamaram de *mundo administrado*, no qual predominaria um eclipse da autonomia do sujeito, uma ênfase na burocratização e nos mecanismos de controle da objetividade social, fazendo rarear as possibilidades de transformação social. Os trabalhos que resultaram das análises interdisciplinares e do exame das teses da coisificação humana, da alienação, da repressão e da manipulação, incorporadas e desenvolvidas por Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas, forneceram bases para que uma crítica radical endereçada ao esporte surgisse, embora seja preciso dizer que os teóricos da Nova Esquerda tenham tomado as teorias dos frankfurtianos de forma parcial, desconsiderando talvez, idéias importantes.

Algumas teses dos frankfurtianos aparecem nos trabalhos da Teoria Crítica do Esporte para corroborar suas idéias. Entre elas, a que diz respeito ao caráter de dominação corporal. Segundo Adorno e Horkheimer (1985) para o desenvolvimento da civilização foi preciso que o homem desenvolvesse técnicas que lhe permitissem, em um primeiro momento, *sobreviver*, para em seguida *viver* em sociedade. Dessa forma, o homem foi progressivamente apreendendo a dominar a natureza externa, colocada como condição indispensável para a vida em sociedade. No entanto, como primeira etapa desse processo, foi preciso que dominasse sua própria *natureza interna*, já que somos, como corpo, também *natureza* e, portanto, fonte de *perigo* e *ameaças*. Isso foi possível por meio da razão que se materializa pela técnica e pela ciência, forma privilegiada que encontramos para nos relacionar com a natureza e também para dominá-la. É isso que nos mostra a análise que Adorno e Horkheimer (1985) fazem da *Odisséia*, de Homero,

tomada como um documento filosófico, um texto-chave para a compreensão da civilização ocidental. As forças míticas e os perigos que o protagonista da narrativa, Ulisses, precisou enfrentar para retornar à sua casa – à pátria, à família – representariam, simbolicamente, as forças naturais que o humano precisou vencer e dominar para constituir-se como sujeito esclarecido (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). Ulisses vence as divindades que encontra em sua viagem não por ser fisicamente mais forte, mas porque é mais esperto e astuto. Ele consegue lograr as entidades mitológicas que encontra por meio dos artifícios astuciosos da razão. É esse senhorio sobre a natureza interna que possibilita ao homem um domínio extremado do corpo que faça com que o homem disponha de toda sua potência no esporte.

Outro tema caro aos frankfurtianos que os teóricos críticos da década de sessenta salientaram é a crítica ao progresso infinito sempre celebrado e nunca lembrado em seu caráter de regressão e barbárie. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985): “(...) a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.”(Ibidem, p. 19). Os autores apontam e sentenciam já no primeiro capítulo da *Dialética do Esclarecimento* a permanência da barbárie, mesmo onde o esclarecimento e a razão se fizeram senhores, sugerindo a aliança entre racionalidade e obscurantismo. Essa crença no progresso é outro tema entre as teses frankfurtianas que inspiraram os teóricos críticos do esporte. O fetiche do progresso, assim como a adoração ao esporte, se colocam no mesmo nexos, materializando-se na crença do caráter progressivo do rendimento, nos tempos cada vez menores, nas distâncias cada vez maiores, na velocidade, na performance, quando sempre há um recorde a ser superado, e no desempenho que afirma o caráter de mecanização corpo.

Em sua tese central, a Teoria Crítica do Esporte tenta demonstrar como o esporte é forjado como parte integrante da sociedade capitalista, isto é, sua afinidade

com o trabalho alienado: as mesmas estruturas que regem o trabalho na sociedade capitalista também determinariam o desenvolvimento esportivo, ambos ancorados no princípio do rendimento.

Sports are no autonomous system of behavior; they appear along with numerous other social developments whose origins lie in early-capitalist bourgeois society. Although sports have constituted a specific realm of social behavior, they remain embedded in interdependent social processes which account for their fundamental characteristics – discipline, authority, competition, achievement, goaloriented rationality, organization, and bureaucratization, to name but a few. In modern industrial society, certain techniques of productive work have become such dominant models of conduct that they impose their norms even upon so-called leisure-time activities (RIGAUER, 1981, p. 5)⁸

Dessa forma o esporte serviria, ao reproduzir as estruturas capitalistas, para sustentá-las, o que, por fim, resultaria em uma forma de tratar e perceber o corpo que se refere principalmente ao seu assemelhamento com a máquina. Jean-Marie Brohm (1978, p.59) recorre a Wilhelm Reich para afirmar que:

La estructura social se incrusta orgánicamente en la estructura biológica de los individuos, se imprime materialmente en sus cuerpos. Las estructuras sociales se materializan corporalmente, y la actividad general o particular del organismo, hasta en sus fundamentos psicosomáticos, refleja exactamente el funcionamiento general de la sociedad, su principio de organización.

⁸ “O esporte não é um sistema à parte, mas de diversas formas interligado com o desenvolvimento social, cuja origem está na sociedade burguesa e capitalista. Embora constitua um espaço específico de ação social, o esporte permanece em interdependência com a totalidade do processo social, que o impregna com suas marcas fundamentais: disciplina, autoridade, competição, rendimento, racionalidade instrumental, organização administrativa, burocratização, apenas para citar alguns elementos. Na sociedade industrial, formas específicas de trabalho e produção tornaram-se tão dominantes como modelo, que até o chamado tempo livre influenciaram normativamente (...). Trecho traduzido a partir do livro em inglês que, por sua vez, foi traduzido de seu original em alemão.

Essa mecanização corporal foi denunciada por Adorno ao falar não somente do esporte, mas do corpo. Para ele, o esporte, apesar de conter um possível caráter de emancipação, esconderia em suas práticas o comportamento necessário para adequar-se ao mundo do trabalho alienado (ADORNO, 2002) A idéia de rendimento esportivo estaria dessa forma intimamente ligada à noção de produtividade do trabalho. Dito de outra forma, o princípio de rendimento sustentado pela tríplice sentença tempo–trabalho–produção seria a norma a orientar a sociedade capitalista. Para os teóricos da Nova Esquerda haveria uma semelhança profunda entre a organização e o funcionamento da sociedade e as atividades esportivas. O motor desta semelhança seria “el rendimiento, como consecuencia de la persecución de la ganância” (BROHM, 1978, p. 19). Para Brohm (1978) e outros autores da Teoria Crítica do Esporte, as atividades esportivas enxergariam o homem com os mesmos olhos com o qual é visto na sociedade capitalista industrial, como animais-máquinas capazes de produzir.

As mesmas leis que estruturam o capitalismo industrial embasariam o esporte. O princípio da competição estaria colocado nas duas estruturas, competição mercantil e competição esportiva. Brohm (1978) se baseia em Freud para afirmar que como o capitalismo industrial incorpora em todas as estruturas da sociedade o princípio do rendimento, isso teria como consequência fazer com que os indivíduos sofressem de uma necessidade neurótica de comparação, fosse ela qualitativa ou quantitativa. Dessa forma o fundamento geral do esporte, seria a “perversión del instinto agonal y lúdico a través de la competición.” (IBIDEM, p. 20). O corpo, por sua vez, se apresentaria como veículo de manifestação desse modelo de sociedade: nele é que a energia vital seria desviada para os fins que correspondem à sociedade capitalista. Pois, quanto mais um corpo é aperfeiçoado e semelhante à máquina, rápido e eficiente, maior será a produção e rendimento.

Entretanto, como citamos acima, desse corpo tornado maquinal, um motor em constante uso, foi desviada sua energia libidinal, a força que lhe possibilita a felicidade. O prazer, a experiência lúdica, que a sublimação oferecia aos homens, algo que formaria sua subjetividade e preservaria a consciência de liberdade, cedeu lugar à mecanização, roubando-lhe as formas primordiais de satisfação (MARCUSE, 1969). Ganha força desse modo não a experiência erótica, quando as pulsões são atendidas em favor da gratificação da vida, mas sim a satisfação genital, por meio da qual o corpo é explorado, “servido” como algo que se pode consumir. A energia da vida, erótica, fica limitada em favor daquilo que se quer atingir ou, nesse caso, vender. É dessa forma que o corpo é hoje “liberado”, exposto, para que seja desejado, podendo ser explorado pelo narcisismo e pela pornografia, quando, na verdade ele é ainda mais reprimido, já que suas reais necessidades nem de longe são atendidas. A energia pulsional tem seu uso social modificado em favor da adaptação. Para Marcuse (1999) os grandes feitos da humanidade que foram possíveis graças à sublimação, representariam a possibilidade de transformação desse mundo administrado. Entretanto, essa sublimação foi colocada em favor de um fim específico: o domínio irrestrito do corpo e dos desejos do homem colocados a serviço da sociedade autoritária.

Para que essa “máquina-corpo” funcione, para evitar que conseqüências como as neuroses e as incapacidades laborais aconteçam, é necessário “orientar” o corpo tornado funcional. Se a sublimação – a direção encontrada para o homem satisfazer parcialmente suas pulsões – pode não ser útil ao sistema quando canalizada para a arte e para a contestação, ela tende a ser mais repressiva, deve ser utilizada de tal forma que ao contrário de promover liberdade de escolha, cause cerceamento, mas não deixe de oferecer alguma satisfação, ou seja, um prazer permitido, porém repressivo. A

sublimação é racionalizada de forma que sirva ao princípio do rendimento. Entra em cena neste momento o conceito de Herbert Marcuse (1969): *desublimação repressiva*.

Para que o corpo responda com perfeição ao que dele se deseja, é permitido ao homem alguma gratificação. Um mínimo de satisfação para continuar vivo ou, em outras palavras, rendendo. Dessa forma se oferece ou se permite aos sujeitos satisfações de um modo que elas enfraqueçam a disposição voltada à resistência. Os desejos são criados dentro de um universo previamente permitido, e a satisfação é aquela compatível com a ordem existente. Não se trata dos objetivos primários ou sublimados da energia sexual ou do princípio do prazer, já que esse movimento não seria compatível com a ordem existente:

(...) diminuindo a energia erótica e intensificando a energia sexual, a realidade tecnológica limita o alcance da sublimação. Reduz também a necessidade de sublimação. No mecanismo mental, a tensão entre o que é desejado e o que é permitido parece consideravelmente reduzida, e o princípio da realidade não mais parece exigir uma transformação arrasadora e dolorosa das necessidades instintivas. O indivíduo deve adaptar-se a um mundo que não parece exigir a negação de suas necessidades mais íntimas – um mundo que não é essencialmente hostil. (MARCUSE, 1969, p. 83).

Para Marcuse (1969), na sociedade capitalista industrial a sublimação se estende de forma repressiva e radica sua própria negação, a *dessublimação*. Esta é o processo encontrado para substituir a sublimação e a repressão funcional. Esse novo método tem de, pelo menos aparentemente, oferecer prazer ao corpo para que ele se recupere do trabalho e continue funcionando. A *dessublimação*, ao substituir a satisfação mediada por uma imediata, condiciona o homem a aceitar tudo que lhe é oferecido e parece proporcionar a ele a realização de seus desejos que, por sua vez, nada mais são que “vontades” construídas pelos interesses engendrados na ordem econômico-social

capitalista, produzidos por um sistema de produção tecnológico que, alicerçado pela ciência, faz parecer tais ofertas os anseios mais íntimos das pessoas.

A satisfação que na verdade acontece é aquela socialmente permitida mas que, entretanto, reduz a possibilidade de realização do princípio do prazer de que falávamos anteriormente. É antes um “prazer” ajustado, um gozo imperativo que na realidade não é prazer. O indivíduo “satisfeito” identifica-se com este mundo e com o que ele lhe oferece. Não faz sentido, nesse caso, falar de liberdade, se não se pode nem sequer reconhecer a dominação. Como disse Marcuse (1969), para este indivíduo o mundo não parece hostil.

Segundo Marcuse (1969), a sociedade usa a tecnologia e o progresso técnico como instrumentos políticos na batalha contra as formas humanas de existência. A sociedade decide quais são os desejos, o que é importante e o que deve deixar de ser. A técnica proporciona todo o desenvolvimento necessário para que o indivíduo faça suas “escolhas”. O progresso técnico que poderia liberar o homem para atividades que clamassem por sua consciência acaba por apenas facilitar seu contrário, mais dominação. Os interesses criados desenvolvem e modelam as necessidades e os modos de satisfação (MARCUSE, 1969). As necessidades assim controladas e dirigidas “satisfazem”, e deste modo a “satisfação” e a “liberdade” militam contra a mudança social. O progresso técnico promete a abolição do trabalho, mas esta possibilidade é ao mesmo tempo uma ameaça às formas estabelecidas da sociedade industrial que se baseiam, em sua própria estrutura, na necessidade social do trabalho alienado.

O indivíduo adapta-se a um mundo que passa a não lhe oferecer perigo (e tampouco ao sistema do qual faz parte) e que parece proporcionar a satisfação de todas as necessidades. Entretanto, diz Marcuse (1969), o que acontece é a contração das necessidades e não a extensão delas, promovendo contentamento e não liberdade. Os

sujeitos têm a ilusão de serem livres para escolher tudo que “necessitam”. Porém, esta liberdade e necessidade são, na verdade, construídas, controladas e dirigidas pelo sistema econômico-político-cultural para que as condições objetivas não se alterem. As reais necessidades do indivíduo não são nem ao menos lembradas. É nesse sentido que Horkheimer e Adorno (1985) dirão que a *indústria cultural* não sublima, mas reprime para, logo depois, propor a pseudogratificação pulsional ao autorizar o gozo separado do prazer.

É nesse contexto que os teóricos críticos localizam o esporte como veículo da *dessublimação repressiva*. A *indústria cultural* comercializa, vende, troca ou ainda transforma em mercadoria o corpo e também todos os bens culturais produzidos pela humanidade, incluindo o esporte. Em certo momento a própria cultura já se considera *indústria*, de tal forma que, “as produções do espírito no estilo da indústria cultural não são *também* mercadorias, mas o são integralmente.” (ADORNO, 1994, p. 94).

Se a civilização impõe as formas de nos relacionarmos com o corpo, segundo seus objetivos e por meio da sublimação e da *dessublimação*, o esporte é uma das formas que compõem os modelos de prática corporal oferecidos aos indivíduos. O corpo torna-se uma mercadoria apresentada entre outras tantas. “El cuerpo es verdaderamente tratado como cosa em um universo de cosas” (BROHM, 1978, p. 78). Ele é tratado e explorado como uma mercadoria para consumir, sobretudo tirando proveito da aparente explosão sexual e liberação erótica na sociedade atual. O esporte é um entre os processos oferecidos para a exaltação do corpo (IBIDEM, 1978). Ao contrário de libertar o corpo, já que sua exposição parece ser cada vez maior, o tratamento dado a ele é paradoxal. Ele é ainda mais negado e reificado, pois utiliza a possibilidade de liberdade canalizando as energias pulsionais que poderiam romper a dominação para mantê-la .

Em todos os momentos existe uma forte relação entre o corpo e os objetos procurados e que parecem oferecer a satisfação negada. As mercadorias são apresentadas em situações em que estão ligadas a alguma parte do corpo, quase sempre desnudo e sempre em “forma e bronzeado”, diz Brohm (1978). Um ideal de beleza e, por que não dizer, de saúde, é vendido. A beleza esperada é aquela da perfeição estética, onde não há sobras, nem restos. É um corpo moldado, musculosamente trabalhado, bronzeado. Nas palavras de Adorno:

Exemplar é o comportamento daqueles que se deixam queimar ao sol, só por amor ao bronzeado e, embora o estado de letargia a pleno sol não seja prazeroso de maneira nenhuma, e talvez desagradável fisicamente, o certo é que torna as pessoas espiritualmente inativas. O caráter fetichista da mercadoria se apodera, através do bronzeado da pele – que, de resto, pode ficar muito bem – das pessoas em si; elas se transformam em fetiches para si mesmas. A idéia de que uma garota, graças à sua pele bronzeada, tenha um atrativo erótico especial, é provavelmente apenas uma racionalização. O bronzeado tornou-se um fim em si, mais importante que o flerte para o qual devesse servir em princípio. (ADORNO, 2002, p. 118).

Ideologicamente, se cria uma imagem de corpo que deve ser alcançada e a partir de então se fornece técnicas que possibilitem essa conquista. O esporte, as práticas ao ar livre e o turismo de massa, entre outras atividades de lazer, seriam algumas delas. A dessublimação oferece uma libertação sob a tutela da repressão, um alívio para o corpo que parece escapar por um tempo do trabalho alienado, gozando dos supostos benefícios que a cultura de massas oferece. Mas, esta liberação produz, em verdade, um corpo submetido à repressão, um instrumento de trabalho e de diversão em uma sociedade que se organiza contra sua própria liberdade e a favor do rendimento (BROHM, 1978). O ideal estético divulgado, aceito e procurado é aquele adequado ao sistema do qual faz

parte, ou seja, onde o corpo é cuidado, bem tratado, moldado com cirurgias, valorizado para que tenha alto valor de troca.

Desse modo, um princípio do trabalho alienado (e sob os auspícios do aumento da taxa de mais-valia), qual seja, o do rendimento cada vez maior, transparece integralmente no esporte (BROHM, 1978). Nele, assim como no trabalho, o indivíduo se vê expropriado de sua realização, perdendo qualquer qualidade e resquício de individualidade, restando apenas a preocupação com o rendimento.

Assim como no trabalho, as técnicas de treinamento tomariam para si o princípio do funcionamento capitalista. Do mesmo modo que no trabalho se espera cada vez mais rendimento, aumento de mais-valia, e crescimento das forças produtivas, o esporte se impregna destes valores. Toda técnica e todo desenvolvimento devem conduzir o esportista a um desempenho cada vez maior. O maquinismo e a tecnificação corporais são o motor desse desenvolvimento esportivo, são estes dois fatores que impelem o corpo do atleta na direção do rendimento cada vez maior. Nas palavras de Brohm (1978, p. 26) citando Marcuse: “Las técnicas aportan a la base misma del progreso, la racionalidad tecnológica alimenta el modelo espiritual y de comportamiento para las realizaciones productivas.”

Para Brohm, a técnica e o treinamento corporal adotam estruturalmente o princípio de funcionamento da produção capitalista, ou seja a racionalização por meio do cálculo preciso daquilo que se quer obter. Em uma civilização urbana e industrial, segundo o autor, os movimentos são os mesmos da máquina. Como o trabalho está automatizado, separado daquele que o realiza, naturalmente os movimentos do corpo são atomizados, standardizados, e desse modo são incorporados como parte de um sistema mecânico maior. O trabalhador, mas também o atleta, vê seus gestos racionalizados e separados do conjunto de sua personalidade (BROHM, 1978).

Se o esporte incorpora essa dinâmica taylorista, ele se torna racional, metódico, intensivo, continuado e, é claro, sempre ascendente, levando à especialização, à seleção metódica dos atletas e à mercadorização da *exteriorização* dos que o praticam. Todo gesto original, toda possibilidade de improvisação ou mesmo de divertimento real fica solapada pela incessante necessidade de treinamento para a construção do gesto perfeito. O único interesse é a performance, o resultado. A saúde do atleta ou qualquer qualidade subjetiva ficam ofuscadas pela necessidade de incessante desempenho.

Ao apoiar o princípio do rendimento, o esporte acabaria por fazer incorporar na sociedade este critério que esconde algo maior, um verdadeiro projeto de dominação: o rendimento pelo rendimento. Até mesmo no chamado tempo livre, ao contrário do que em princípio poderíamos supor, a dominação acontece de forma tão cruel quanto no trabalho (alienado)⁹, pois, tanto um quanto outro vêem o corpo como possibilidade de rendimento. Quando se elege a técnica como a forma mais eficaz e mais eficiente, todo o corpo deve se adaptar tecnicamente para que o rendimento seja alcançado. Quando se descobre que determinado gesto técnico faz com que o nadador ganhe mais velocidade, todo o corpo do atleta deve estar mobilizado para comportar-se de modo que a postura mais adequada seja atingida. A busca por este desempenho, do ganho da velocidade, exige uma educação técnica precisa do corpo, segundo a qual cada parte deve ser racionalmente utilizada. A organização corporal que nos é própria é substituída por um possível instrumento técnico, por uma ferramenta do desempenho, de onde se espera apenas gestos úteis e precisos. O corpo do atleta se submete ao cálculo para o desempenho, assim como o capitalista submete o corpo do trabalho à produção (BROHM, 1978).

⁹ Sobre essa afinidade entre esporte e trabalho vale citar um trecho do texto *Tempo livre*, de Adorno (2002, p. 124): “A velha argumentação de que se pratica esporte para permanecer ‘fit’ é falsa só pelo fato de colocar a ‘fitness’ como fim em si; ‘fitness’ para o trabalho é contudo uma das finalidades secretas do esporte.”

O esporte atingiu este grande desenvolvimento que assistimos hoje pelo intenso uso da técnica. A crença irrefreada na tecnificação já havia sido denunciada por Adorno (1985; 1995) e Marcuse (1969; 1999) e os teóricos da Nova Esquerda destacam que isso se acentuaria no esporte. Não se trataria apenas de otimizar o treinamento, com materiais especiais como as varas para saltos feitas com material desenvolvido a partir de pesquisas da agência espacial de uma grande potência, ou as câmaras de oxigênio utilizadas por uma marca esportiva para que os atletas treinem em diferentes condições aeróbicas, mas sim melhorar os gestos e torná-los cada vez mais eficientes.

A proximidade do esporte com a técnica, apesar de ambígua – já que ela é necessária para a aprendizagem da modalidade – ajuda a negar no corpo sua porção de natureza, de resto, daquilo que ainda pode escapar à dominação extremada. Ao pensarmos no esporte como objetificação da técnica, percebemos que nele é o próprio corpo que tem de ser dominado, ou melhorado para que haja o rendimento almejado, que é sempre o máximo, hodiernamente expressão do mundo contemporâneo e dessa forma de sociedade.

O problema do fetiche da técnica e suas conseqüências para com a formação podem ser percebidos em grande parte da obra de Adorno, inspiradora da Teoria Crítica do Esporte. No livro *Educação e Emancipação*, publicado no Brasil em 1995, está presente a preocupação de Adorno com o tema da técnica e suas implicações pedagógicas. Para ele a relação hodierna com ela seria tão ambígua quanto a que os homens têm com o esporte, já que ambos, esporte e técnica, seriam intimamente ligados. Adorno acusa que a adoração à técnica que contemporaneamente partilhamos tem gerado pessoas afinadas tecnologicamente. Talvez, segundo ele, menos influenciáveis, mais emancipadas, por um lado; por outro, assim como todo movimento de emancipação, isso pode conter algo de patológico, pois o fetichismo da técnica acaba

fazendo com que ela se torne “algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão dos braços do homem” (ADORNO, 1995, p. 132). Desse modo, se eclipsa uma preocupação com a vida humana como fim, ficam solapadas. Para o autor esse processo é uma face da consciência coisificada, da produção de pessoas que se ligam emocionalmente a objetos e são incapazes de estabelecer uma relação libidinal com outras.

Nas análises dos *frankfurtianos*, especialmente de Adorno, o esporte é freqüentemente entendido como uma *estrutura modelar* por meio da qual é possível compreender a sociedade contemporânea, na medida em que, por um lado, nela impera, assim como no esporte, o princípio do rendimento e, por outro, pelo fato de que várias dimensões da vida social teriam se *esportivizado* (VAZ, 2000). Se a técnica é o meio para dominar a natureza, o corpo treinado é expressão da natureza dominada, na qual a técnica ganha destaque em relação ao homem reificado (VAZ, 2001).

Um corpo perfeitamente treinado, ou mais técnico, poderia implicar em menos violência, em uma relação menos patológica, tanto no esporte quanto no trabalho, quanto ainda em outros lugares sociais da existência humana. Porém, ao ser guiada pelas gratificações imediatas proporcionadas pela *dessublimação repressiva* (MARCUSE 1969), amparada fortemente pela indústria cultural, a violência para com o corpo não somente aumenta como se torna ainda mais sádica, pois ele é mais incitado e controlado para que se torne cada vez mais perfeito e faça seu “dono” (pois neste caso o corpo é objeto, coisa, propriedade) esquecer sua condição de mortalidade. É o exemplo nítido da exigência em separar-se no esporte o sujeito do objeto. O corpo deve ser tratado como algo para além de si mesmo. É a própria objetificação e reificação corporal, pois do contrário o treinamento não poderia aplicar seus princípios, é preciso algo em que ele possa “operar”, “modelar” (VAZ, 1999).

Esse processo exige a “entrega” do corpo, fazendo-o caminhar pela ciência para a obtenção do máximo rendimento. Para que se alcance a máxima performance os gestos técnicos precisam ser aperfeiçoados, a natureza que existe no corpo precisa ser posta em favor do desempenho. Nesse caso, a técnica por meio do treinamento otimiza esse corpo finito e o torna operacionalizável, uma matéria a ser moldada. Nosso corpo se assemelha à máquina, ajustado para uma melhor performance, entretanto, este mesmo corpo potente falha, é finito. Se ele é ainda “insuficiente”, “deficiente” para algumas demandas, a técnica pretende deixá-lo cada vez mais hábil. O esporte oferece, então, uma sugestão de imortalidade, uma das mais antigas utopias humanas, já que o esporte espetaculariza o corpo, celebra seus feitos, os números que ele alcança e faz até de seus fracassos algo memorável, sempre reafirmando que com mais treinamento, com mais “determinação” ou ainda com mais dominação o homem ainda vencerá as adversidades (seu próprio corpo).

Se somos ainda reféns do tempo, se ainda nos dobramos à força da natureza – e isso nos perturba, visto a utopia de ser imortal – o esporte pode oferecer uma antecipação desta eternidade. Ele procura levar o corpo sempre ao máximo, ao limite e, por que não dizer, nele essa fronteira é ultrapassada. Se aceitarmos a idéia de que no treinamento esportivo, a dor – que nos lembra de nossa finitude e nos ajuda nos lembrando dos nossos limites – é superada, então ela deixa de ser o limiar que nos manda parar frente à possibilidade da morte, para ser a o obstáculo que tem de ser superado¹⁰. Aqui também reside uma profunda crença no progresso, esquecendo que este pode ser também produtor da regressão.

¹⁰ É preciso lembrar também que uma das mais fortes sugestões de imortalidade que o esporte pode proporcionar é a possibilidade do recorde. Marcas, estatísticas, dados, são lembrados e louvados, mesmo anos depois de terem sido alcançados.

Se o corpo pode ser “melhorado”, nada mais razoável que compará-lo às máquinas, em processo constante de avanço. Isso se torna mais decisivo no caso do esporte porque se relaciona, dentro de suas normas, ao instrumento técnico por excelência, o próprio corpo. Segundo Vaz (2001, p. 92):

No esporte o instrumento técnico por natureza é o próprio corpo, de forma que é ele que deve ser dominado, treinado e funcionalizado para os fins que se procuram. Se os instrumentos técnicos devem facilitar o domínio da natureza que nos circunda, o corpo tornado instrumento técnico é ele próprio expressão da natureza dominada.

Esse esporte teria ainda uma função ideológica: reproduzir a ordem da sociedade burguesa no que se refere às relações sociais marcadas pela disciplina, obediência, hierarquia. Os indivíduos devem lutar pelo seu lugar na sociedade, uma guerra onde todos estão contra todos na luta pela existência (BROHM, 1978). Para isso é preciso disciplina, persistência. Quem aprende – na quadra de jogo ou mesmo assistindo à atividade esportiva – a ser duro, a tolerar provações, suporta a vida difícil sem contestar porque suportar adversidades é algo grandioso e realizado por grandes atletas. A organização esportiva no que diz respeito aos records, competições e rendimento transmite os temas da ideologia burguesa, como sucesso, eficiência, mitos heróicos, etc (BROHM, 1978). Para quem suporta as adversidades há sempre uma recompensa. Assim como o recorde conquistado, o indivíduo comum pode conquistar seu lugar ao sol pelo seu próprio mérito. A competição se transfere para a vida real. Ela é naturalizada, o rendimento é esperado sempre e a falta de eficiência é algo que não pode ser experimentado. Para Gay (1995):

Os esportes espelhavam a obsessão da cultura burguesa em seus volumosos livros de regras, em seus registros precisos de distâncias saltadas ou gols realizados. Mais ainda: numa época que, havia décadas, cuspiam propaganda igualitarista a respeito de carreiras abertas ao talento e que estava começando a impor concursos para cargos no governo, os esportes encenavam competições onde se supunha que apenas o mérito poderia triunfar. Mas nem tanto: as detestáveis distinções de classe que continuavam a invadir a sociedade vitoriana também estavam presentes nos esportes. Finalmente, como quase todas as experiências, os esportes lançavam mão tanto de emoções sexuais como da agressão aberta; as implicações eróticas da graça ou a força testemunhada, e do movimento experimentado, eram bem reais, a despeito do silêncio polido que as cercava. Em uma palavra, os esportes, como a sociedade da qual eles eram parte tão integrada e tão apreciada, eram cortados por contradições. (GAY, 1995, p. 436-7).

A mercadorização do esporte completaria seu caráter ideológico como ponto culminante da lógica que faz a sociedade capitalista transformar todos os fenômenos sociais em coisas, reificá-los, transformá-los em mercadorias. Como coisas, desprovidos de sua condição subjetiva e “alçados” à condição de material, podem ser livremente vendidos, comprados ou trocados. O esporte-espetáculo, propagado pelos canais televisivos como algo hoje mais do que nunca rentável, orientando comportamentos e toda uma indústria do tempo livre, seria o modelo mais claro desse processo. Exemplo deste processo é o potencial da força de trabalho atlética, medida e duplamente calculada como rendimento quantificado, retirando-se dela os aspectos qualitativos do ser humano e incorporando no atleta um valor abstrato determinado (RIGAUER, 1981). Ela transformar-se-ia em mercadoria e seria trocada pela mediação de seu equivalente universal. Sua performance pode ser vendida, trocada e quantificada. Se medida, pode ser facilmente trocada por dinheiro, ou seja, a performance do atleta tem um valor de mercado, logo ele pode ser comercializado como qualquer produto, ou pior, trocado por qualquer produto que lhe tenha equivalência. O rendimento econômico do esporte se torna tão atrativo ao pensarmos que determinados pela performance do atleta, um sem-número de produtos pode ser vendido, pouco importando se está vinculado ou não à

prática atlética. O que está em jogo e interessa é a imagem de quem a realiza, imagem qualificada e duplamente vendida, por si só e pelos produtos que carrega e pode negociar.

É a *indústria cultural* (HORKHEIMER; ADORNO, 1985) que organiza a hipertrofia dos modelos corporais e do rendimento sempre ascendente para que surja uma *indústria cultural do corpo* (VAZ; TORRI; BASSANI, 2007; HANSEN; VAZ, 2004, 2005, 2006) que o transforma em infinita fonte de exploração mercantil. Essa cultura mercantil, além de multiplicar os bens oferecidos, serviços e outros produtos, contribui para o aparente bem-estar e satisfação não propriamente do corpo, mas do organismo. Pois, como já antes citamos, os produtos apenas parecem corresponder aos mais fortes anseios do indivíduo. São exemplos desse processo as revistas ilustradas que se ocupam do corpo e de seu embelezamento como tema (ALBINO; HAMMES; VAZ, 2008), assim com a produção e divulgação de modelos corporais na mídia, a indústria do emagrecimento e da boa forma e, em especial, a pornografia.

A força de trabalho do atleta, reduzida à mercadoria, leva à completa reificação e alienação do agir humano (RIGAUER, 1981) pela equidade forjada entre o corpo e a máquina, pelo *corpo mercadoria* na condição de *corpo número e cifras*. Nas palavras de Brohm (1978, p. 84-5):

El cuerpo es, actualmente y por completo, un objeto, una cosa, una fuente de explotación. Es objeto técnico, pero jamás sujeto de placer o de real libertad. Es manipulado por las técnicas, instruido, integrado, petrificado, expuesto y, por encima de todo, controlado gracias a las falsas técnicas de la felicidad que constituyen la felicidad de la técnica, de la represión, de la pauperización y de la administración. Estas técnicas se clasifican en rubros (...) aseo e higiene, relajamiento y distensión, equilibrio y adaptación al contexto, deporte y salud.

3. PONDERAÇÕES À TEORIA CRÍTICA DO ESPORTE

As idéias da Nova Esquerda geraram polêmicas e críticas. Pode-se dizer que elas foram variadas e vieram especialmente de três direções: da América do Norte, empreendidas por Richard Gruneau e sustentadas na *Teoria da Hegemonia* sobre o esporte; por Eric Dunning, apoiado pela Sociologia Figuracional de Norbert Elias; e ainda as realizadas por Hans Lenk, derivadas do discurso oficial e conservador sobre o esporte na Alemanha (VAZ, 2003).

Segundo Richard Gruneau, as assertivas de Rigauer, Vinnai e Brohm são teoricamente frágeis. Para aquele autor, os teóricos da Nova Esquerda não levaram em conta teses importantes da Escola de Frankfurt. Por exemplo, as reflexões de Adorno no campo estético, em especial sua relação com a Vanguarda. Também para ele, as críticas da Nova Esquerda não estariam dirigidas diretamente ao capitalismo, mas, no contexto da contracultura, à modernidade: “A fonte de sua revolta nunca foi de fato o capitalismo, ou mesmo o *establishment* autoritário e tecnocrático – foi à modernidade em si mesma. (...) O esporte moderno, como as sociedades modernas, era intrinsecamente totalitário.” (GRUENAU apud VAZ, 2003, p.7). Essa afirmação de Gruneau não pode ser aceita tão facilmente, se lembramos que os teóricos da Nova Esquerda afirmaram que suas críticas se dirigiam também ao Socialismo Real, que possuía o mesmo fascínio pelo progresso e pelo rendimento e enxergava no esporte grande poder de fortalecimento do caráter e do físico da nação.

Para Gruenau (1993), tampouco teria sido considerada grande parte das reflexões que procuram descortinar um olhar tecnológico sobre o corpo presentes, sobretudo, em *Dialética do esclarecimento* (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). A constelação dialética da qual faz parte o corpo e seu domínio como condição para a

forja da subjetividade e as ambigüidades que os autores creditavam ao esporte da mesma forma não teriam sido consideradas pela Nova Esquerda (GRUNEAU, 1993).

As críticas de Elias e Dunning endereçadas principalmente a Rigauer e Brohm, segundo Vaz (2003), se concentram em três pontos principais: 1) Seria uma simplificação tratar Revolução Industrial e esporte numa relação causal. O esporte seria fruto de uma combinação de aspectos, tanto políticos quanto normativos. Procurar as raízes do esporte exclusivamente no contexto do capitalismo e acentuar demais seus aspectos econômicos seria, novamente, uma simplificação. 2) Apesar da pouca empiria, os teóricos críticos afirmam que o esporte é dominado pela forma mercadoria no contexto do Capital e nesse sentido, ele teria uma semelhança estrutural com o trabalho¹¹. Não estaria comprovado, no entanto, por que e como a profissionalização e mercadorização dominam o esporte, já que os teóricos não possuíam dados que comprovassem suas teses. Esse déficit na abordagem da Teoria Crítica do Esporte teria origem em seu *economicismo* 3). As observações de Rigauer e Brohm a respeito da semelhança entre esporte e trabalho seriam tautológicas, já que o esporte de alto rendimento não seria apenas *semelhante ao trabalho*, mas sim, *apenas trabalho*.

É correto dizer que o esporte não é apenas um produto da sociedade capitalista, mas também uma marca da modernidade seja em sua versão capitalista ou socialista. Para Vaz (2003), algo que a Nova Esquerda não observou, por exemplo, é que o esporte é uma expressão do domínio da natureza, com todas as suas contradições. “Talvez o esporte seja menos um produto do capitalismo e muito mais de um domínio unilateral

¹¹ A forma mercadoria regula a sociedade capitalista e funciona com a máxima ampliação no âmbito da produção conseguindo transformar tudo em mercadoria rentável, inclusive, imagens, pensamentos e comportamentos em produtos que possam ser consumidos. Essas mercadorias confrontam-se entre si independente do conteúdo que carreguem. Logo, seus conteúdos ficam anulados por seu valor de troca. A subjetividade humana presente nesta mercadoria, seja ela cultural, religiosa, ou artística fica negada, como sua única função é ser trocada.

da natureza em uma sociedade plenamente administrada” (IBIDEM, p. 9). O corpo reificado deve ser controlado em nome do progresso.

A ênfase no caráter de mercadoria, que Dunning enxerga como “economicismo” não pode ser vista apenas desse modo. Esta evidência da condição de mercadoria no esporte é de fato uma característica do fenômeno. Além disto, o pano de fundo para estas discussões é o da indústria cultural, tema central para a Escola de Frankfurt, talvez, mais atual do que nunca. Se o esporte representa, inclusive em suas contradições, a sociedade em que está inserido, ele é também uma mercadoria que tem valor de troca e pode assim ser disponibilizada. Isso aconteceria de diversos modos, seja pelos produtos usados pelos atletas para exercerem suas modalidades, pelas mercadorias por eles anunciadas para financiarem suas atividades, pela ideologia do corpo-saúde, do corpo-sarado, ou ainda o próprio atleta seria uma mercadoria que competiria subjugado pela competição exacerbada, pelo rendimento por si mesmo, segundo o qual o importante é o resultado e não quem o alcançou o processo para tal.

Uma questão que deve ser bem observada nas críticas de Dunning e que também foi apontada, como veremos, por Hanz Lenk, diz respeito à relativa falta de material empírico nas pesquisas da Nova Esquerda sobre a forma mercadoria no esporte, ainda que a mera leitura dos jornais nos dê vários indicativos desse processo. Não há dúvidas do poderio da indústria esportiva no mercado¹².

Por outro lado Elias e Dunning (1993) jamais consideraram de um ponto de vista estrutural a possível afinidade entre esporte e trabalho e nem criticaram, de forma

¹² Bartholo e Soares (2006) estudaram a “briga” entre patrocinadores que decidiu a participação de Gustavo Kuerten nas Olimpíadas de Sidney 2000. Guga, como é conhecido, era patrocinado por uma empresa esportiva diferente daquela que patrocinaria os atletas olímpicos. Desta forma estaria impedido de representar o país no certame. Em jogo nesse momento estavam interesses financeiros das duas empresas que teriam seus nomes associados a um atleta muito rentável, as instituições esportivas que queriam a imagem de tal atleta atrelada a sua competição e a idéia do Estado-Nação e correspondente ideologia da identidade nacional. Esta também é interessante para o atleta, já que oferece a idéia de uma participação por amor ao seu país. Na interpretação de Bartholo e Soares, a chamada “briga” rendeu lucros a todos que dela participaram.

imane, as idéias de Rigauer, embora conhecessem, pelo menos o segundo, o argumento central que esse construiu.

A crítica do Professor de Filosofia Hans Lenk (1990) – atleta campeão olímpico na modalidade de remo – contrapõe-se fortemente à idéia de que o esporte seria alienante. Referindo-se principalmente a Marcuse, sustenta que o atleta se dispõe a competir por livre vontade, não sendo exercida sobre ele qualquer pressão. Resiste, portanto, à idéia de que a sociedade adotaria por completo o princípio do desempenho em todas as esferas, entre elas o esporte, e afirma que a transposição da compreensão sobre trabalho para o esporte seria equivocada. Salienta ainda que a maioria das críticas endereçadas à sociedade e ao esporte, as que se referem ao princípio de desempenho, de maneira geral apenas trataram o tema com maniqueísmo, apontando o desempenho como algo ruim e que deveria ser abolido. Para o autor, um pensamento “total” é sempre falso, porque “Conduz muito facilmente ao totalitarismo” (LENK, 1990, p. 146).

Lenk (1990) ao se posicionar frente à crítica de desempenho colocada à toda a sociedade, parece em parte concordar com a posição da Nova Esquerda de que a crítica ideológica a uma sociedade essencialmente baseada na pressão desnecessária do desempenho, onde todos fossem subjugados a uma pressão de produção demasiada, seria legítima e deveria ser abolida, entretanto, acredita que negar o rendimento seria impedir a motivação para garantir no futuro o abastecimento necessário a uma humanidade em crescente expansão, e que tem lhe proporcionado bem-estar e segurança econômica.

Também coloca-se contrário, dessa forma, à tese de Marcuse (1969) que diz haver uma pressão supérflua que ultrapassaria em muito a necessária para uma vida

digna¹³. Lenk parece considerar o pensamento de Marcuse somente como contrário ao desenvolvimento técnico e ao progresso. Contudo, Marcuse sempre enxergou no progresso técnico um caráter positivo, como aliado da emancipação humana. Para ele “embora diferentes, progresso *técnico* e *humanitário* estão em estreita relação: o primeiro parece ser pré-condição para o segundo” (MARCUSE, 2001, p. 122. Quando a sociedade estivesse plenamente desenvolvida, quando a técnica estivesse a serviço do homem para liberá-lo do trabalho que o aliena, ele se veria livre para dedicar-se a atividades que lhe proporcionassem prazer e seu progresso como verdadeiramente humano.

Lenk, referindo-se ainda principalmente a Marcuse, defende a idéia do esporte como atividade libidinal, justamente o contrário do que aconteceria no trabalho, já que aquele seria uma atividade “libidinalmente realizada”, puramente voluntária e não uma prática que o sujeito fosse obrigado a desempenhar. Já o último seria algo caracterizado pela total falta de prazer (LENK, 1990, p. 156). Em suas palavras, ninguém mais do que o próprio atleta desejaria o desempenho, *reconhecendo-se* na atividade realizada. Coloca-se contrário à idéia de que os atletas sujeitariam seu corpo a mercê dos interesses dos outros.

Há de se notar que realmente há certo grau de autonomia no esporte. No entanto, esse desejo de superar-se, de desempenhar ao máximo, pode também ser entendido como um impulso sadomasoquista e expressão de uma educação para a dureza (ADORNO, 1995) produzida por uma sociedade que se orienta por um princípio ascético que premia os “justos”, os que sofrem para superar as adversidades, procurando esquecer os limites do próprio corpo. Em que medida se pode falar plenamente em

¹³ Corroborando com a idéia de Marcuse, lembremos que, na atualidade, alguns alimentos são produzidos com possibilidades técnicas e em quantidade suficiente para diminuir a fome no mundo, mas freqüentemente são destruídos como excesso de produção. Aí se apresenta um projeto de poder.

autonomia nesse contexto? Lembremos, no entanto, que Adorno não apenas insistiu no caráter reificador do esporte, antes sim, em seu movimento ambíguo, que também poderia ter um efeito anti-barbárico e anti-sádico, sustentado pelo *fairplay*, pelo cavalheirismo e pelo respeito ao mais fraco (ADORNO, 1995).

As assertivas de Marcuse sobre a forma encontrada para manipular as vontades dos indivíduos – *dessublimação repressiva* – não foram destacadas por Hans Lenk. Para o autor, o atleta não seria menos manipulado do que o cidadão comum, que cresceu na cultura ocidental, e nesse caso ninguém mais, então, poderia ser considerado livre (LENK, 1990, p. 164). O conceito de *dessublimação repressiva*, apresentado pelo primeiro, contraria a tese do segundo sobre a autonomia do atleta. Entretanto, como destaca Lenk, dada complexidade do fenômeno, se fariam necessárias mais pesquisas, porque parece haver facetas no esporte que não foram consideradas pelos teóricos da Nova Esquerda. O caráter de jogo, no qual residiria a atividade libidinal de que Lenk fala, seria um deles.

Lenk (1990) também não aceita a tese, apontada principalmente por Rigauer (1981), da afinidade entre esporte e trabalho. Pois, diferentemente do segundo, no primeiro o atleta não seria coagido a obter resultados, mantendo-se, portanto, na dimensão do jogo e na expressão libidinal. Para Lenk, a definição de que o princípio do desempenho está totalmente disseminado na sociedade, como apontamos acima, já seria falsa. Transpor estas idéias para o esporte e, nesse caso, sem dados empíricos, não seria possível, já que o esporte não “exige ou promove” uma “sociedade totalmente produtiva”, ele não “exige e promove que todos os setores sociais devam ser articulados e avaliados segundo critérios de desempenho” (LENK, 1990, p. 157-8). Além disso, acreditava que a sociedade não se baseia apenas no princípio de desempenho para premiar e remunerar todos os indivíduos. Em sua opinião, uma sociedade que levasse

em conta o desempenho real para premiar e remunerar, seria mais justa que remunerações baseadas em princípios arbitrários ou ainda “políticos”. Entretanto, reconhece ele, isso não poderia acontecer, já que, crianças e idosos estariam prejudicados e desse forma tal princípio seria desumano. Lenk pressupõe, de qualquer forma, uma igualdade de produção e oportunidades que está longe de acontecer.

Embora o princípio do desempenho não esteja vinculado a toda a sociedade, há de se considerar, entretanto, o atual estado de esportivização que o contemporâneo vive. Todas as esferas parecem ser absorvidas pela competição segundo a qual é sempre mais importante marcar pontos: quantas mulheres beijou, quantos quilos emagreceu, quantas viagens de férias já fez, quanto gastou, quanto consumiu. Tudo é medido, calculado, procurando sempre o vencedor que nunca será encontrado em definitivo, permanecendo a eterna ilusão da procura.

Quanto à idéia de uma atividade libidinal, é preciso lembrar que Freud (1997) aponta três formas de sublimação de nossas pulsões e de diminuição do sofrimento que impede nossa felicidade¹⁴. Elas residiriam na *arte*, na *ciência* e no *trabalho*. Mas, a primeira transformada em produto pela indústria cultural, está banalizada, já não é mais, na maioria dos casos, uma produção do espírito, uma negação ao estado de degradação e ao sofrimento humano, antes sim, a materialização da indústria cultural; a ciência obedece ao mercado, não soluciona problemas da humanidade no grau que poderia, e o trabalho, por sua vez, está alienado, quem o executa já não se vê na própria exteriorização, nos seus resultados. Não há possibilidade de sublimar as pulsões, pois por meio de nossa inicial forma de produção e alcance das produções culturais acabamos por dominar a natureza externa e a tornamos objeto. E se o objeto (no caso do

¹⁴ As fontes que nos causam sofrimento e são os destinos da sublimação seriam a sociedade, a natureza que nos é externa – que pode “se volta” contra nós – e o próprio corpo, que sempre nos lembra de nossa finitude.

esporte) é o próprio corpo dominado e tornado servil, como pode então aí residir uma atividade libidinal? Se o esporte orienta nossas pulsões, domina nossa natureza em favor daquilo que se espera, corpos sarados, malhados, idéia de saúde a qualquer custo, a atividade da libido fica solapada ou pelo menos funcionalizada de forma perversa.

Uma outra crítica que foi destinada em parte ao esporte, mas também aos teóricos que se colocaram contra o fenômeno esportivo, está no trabalho de Christopher Lasch (1983) intitulado *A degradação do esporte*, presente no livro *A Cultura do Narcisismo – A vida americana e uma era de esperanças em declínio*. Lash, diferentemente dos teóricos da Nova Esquerda, considerou que o esporte pode ter um valor positivo (assim como parcialmente o fez Adorno), que foi e tem sido degradado pelo seu atual aspecto de espetacularização.

Para o autor, o esporte também pode ser visto como um escape dos momentos de não trabalho, uma forma de catarse, nas quais jogadores e espectadores “satisfazem a necessidade do livre fantasiar” (LASCH, 1983, p. 133), e que teve sua real função desviada pela sociedade de massas.

O autor, apoiado nas considerações de Huizinga (1980) em *Homo Ludens*, afirma que inicialmente os jogos tinham um caráter de inutilidade, de ritual e celebração. O esporte possuía um caráter lúdico, de prazer que foi posteriormente destruído pela ânsia mercantil da sociedade moderna. Nesse caso o esporte teria sido utilizado pelos sistemas políticos, capitalistas e socialistas, como mais uma forma de ajustamento por meio dos acentuados discursos sobre suas contribuições para a saúde, aptidão física e conseqüente bem-estar da nação (LASCH, 1983). Para o autor, tendo o trabalho sido transformado em algo monótono e destituído de prazer, os praticantes encontravam no jogo “as dificuldades, as exigências físicas e intelectuais” que aquele não mais proporcionaria (IBIDEM, 135). Mas, a racionalização de todos os traços da

cultura, incluindo o esporte, eliminou o lúdico, o risco e a ousadia dessas manifestações. Até este momento a crítica de Lasch se aproxima daquelas realizadas pela Nova Esquerda.

Porém, para o autor, o que orientou a banalização do esporte foi a ascensão das produções de massa, em outras palavras, a indústria cultural que intensificou as necessidades que o esporte satisfazia ao comercializá-lo para uma vasta audiência, criando o desejo nos espectadores da “recreação trivial e do sensacionalismo rude”. (LASCH, 1983, p. 136). E ainda:

A comercialização transformou o jogo em trabalho, subordinou o prazer do atleta ao do espectador e reduziu o próprio espectador a um estado de passividade vegetativa – a própria antítese da saúde e vigor que o esporte idealmente promove. A mania de vencer encorajou uma ênfase exagerada ao aspecto competitivo do esporte, a ponto de excluir experiências mais modestas, ainda que mais satisfatórias, da cooperação e da competência. (LASCH, 1983, p. 136).

Para Lasch, o princípio do desempenho não era o norteador da prática esportiva, como apregoavam os críticos de esquerda que, aliás, ele considerava terem feito uma “crítica vulgar” (LASCH, 1983, p. 137), mas, sim seu caráter de jogo e ludicidade, prazer e alegria que ainda resistiam (LASCH, 1983). Entretanto, ele reconhece que com a excessiva espetacularização desenvolveu-se no esporte esse princípio de competitividade exacerbada. Para o autor, os críticos do esporte, na ânsia de criticar e de descobrir evidências de corrupção nas práticas esportivas, erroneamente supuseram que a assistência, a violência e a competição refletem condições peculiares aos tempos modernos. Esqueceram, desse modo, a contribuição característica da sociedade contemporânea para a degradação do esporte e enganaram-se quanto à natureza dessa degradação. Concentraram-se em questões como a excessiva seriedade que, para o Lasch, é inerente ao esporte e à própria definição do jogo, mas que, junto a outros fatores, é algo menos relevante em seu desenvolvimento histórico e sua transformação

no contemporâneo. Deveriam o teóricos críticos, sim, ter destinado preocupação aos processos de espetacularização.

Da mesma forma que Lenk, o autor atribui prazer às atividades dos atletas, imaginação e fantasia, e não apenas interesse, lucro e gozo destinados somente aos espectadores. Estes, sim, ao adentrarem por meio da assistência no mundo do atleta, podem imaginar a dor da derrota ou a alegria da persistência do vencer. Isso não significaria uma assistência passiva, onde todos os discursos seriam aceitos como apregoavam os teóricos da Nova Esquerda, mas sim a presença de um engajamento emocional. Para ele seria um erro supor que, desse modo, o atletismo (e os esportes em geral) serviriam aos interesses apenas de seus agentes e que a profissionalização corrompe a todos. Essas críticas que negam o profissionalismo e segundo ele glorificam o amadorismo, atribuem passividade à assistência e deploram a competição fazendo eco com falso radicalismo da contracultura de onde se originaram. Para ele retirar os elementos de competição, de imaginação, de rivalidade encenada, esse “radicalismo”, apenas completaria a degradação já iniciada pela sociedade.

No final de seu texto, a crítica de Lasch se dirige aos críticos de esquerda que desejam a abolição da competição e a ênfase nos jogos praticados com uma concepção “cooperativa”, um “lazer saudável”. Para ele, isso nada mais é que fazer do esporte um instrumento de terapia pessoal e social. Pois, em uma sociedade dominada pela produção e pelo consumo de imagens, nenhuma parte da vida pode continuar imune à invasão do espetáculo, e nesse caso essa excessiva espetacularização deveria ser mais bem entendida para evitar ainda mais degradação ao esporte. Por fim, para Lasch, os teóricos críticos do esporte confundiram o papel de socialização do esporte com uma suposta doutrinação.

Da mesma maneira que a crítica do esporte tomou as teses dos frankfurtianos pela “metade”, apenas centrando-se no que lhe interessaria, Lasch parece não conhecer a fundo as teses da Nova Esquerda. Em certos momentos sua crítica à espetacularização do esporte se aproxima daquelas feitas pelos teóricos críticos quando trataram da produção dos esquemas da indústria cultural. Por outro lado, sua crítica não se atém a conceitos importantes formulados pelos aqueles autores. Quando ele expõe a vontade dos expectadores, a imersão destes na atividade que lhes é apresentada, parece desconhecer a tese da *dessublimação repressiva* desenvolvida por Marcuse e empregada pela Teoria Crítica do Esporte, que trata exatamente da construção de vontades e necessidades que possam oferecer gozo aos indivíduos sem que estes se dêem conta da doutrinação.

Parece também ingenuidade por parte do autor acreditar que o capitalismo americano teria superado o racismo, ainda presente naquela sociedade, e também o sexismo, outro ponto levantado por ele. Também soa equivocado acreditar que a profissionalização dos atletas não teria influência nos destinos do esporte, já que essa mercadorização em nosso tempo é inegável, e desse modo a pressão por desempenho um fato comprovado. Apenas denunciá-la como crítica radical associada com a contracultura seria insuficiente para contrabalançar as teses da Nova Esquerda.

4. PRESENÇA E RESTRIÇÕES À TEORIA CRÍTICA DO ESPORTE NO BRASIL

A recepção da Teoria Crítica do Esporte no Brasil parece mais forte na “Pedagogia Progressista” da Educação Física dos anos oitenta do século XX, um momento em que discursos da área tentavam superar o tecnicismo pedagógico fortemente alicerçado no esporte, esse elemento identificador dos professores de Educação Física¹⁵ – algo que, aliás, hoje permanece com enorme força¹⁶.

Enquanto na Europa e na América do Norte as Ciências Sociais voltavam seus olhos para o fenômeno esportivo, o que propiciou o desenvolvimento das teorias da Nova Esquerda, nas Ciências Sociais brasileiras a presença da Teoria Crítica do Esporte parece haver se concretizado secundariamente. Pouco elas trataram e ainda tratam do tema esporte. Mesmo assim, no Brasil os estudos se desenvolveram por outras perspectivas, principalmente a partir das contribuições do antropólogo Roberto DaMatta e seu clássico *Universo do futebol* (DAMATTA, 1982). Este trabalho influenciou sobremaneira os estudos do campo, mesmo muitos que não o seguiram rigorosamente, dedicando-se especialmente ao futebol como “manifestación de nacionalidad, de códigos de honra, de fiesta, de arte de espetáculo, de juego e profesionalismo – para jogadores, técnicos, periodistas empresarios etc.” (OLIVEN; DAMO, 2001, p. 44).

A Teoria Crítica do Esporte teve sua primeira inserção no Brasil apresentada por Cavalcanti (1981). Preocupada com compreensão do fenômeno esportivo, a autora observava que as pesquisas que se destinavam a compreender o esporte vinham até então de apenas uma direção: da “Pedagogia Esportiva”, ou seja, um discurso que

¹⁵ Sobre o tema, consultar o trabalho de Vieira e Vaz (2006)

¹⁶ Nem mesmo o fenômeno recente das academias altera significativamente esse quadro, pois ele não consegue se desvincular dos *discursos exemplares* do esporte: o culto à performance, ao rendimento, o treinamento especializado, o vocabulário, tudo confirmando um movimento de esportivização das academias (HANSEN; VAZ, 2004). Também é fácil identificar a associação do esporte com a Educação Física brasileira se nos atermos ao Conselho Federal de Educação Física – CONFEF criado pela lei 9696 de 1998, que tem como mais forte discurso a busca pela vida ativa e pela saúde e o esporte como principal ator nesse processo. É fácil encontrar nos periódicos do conselho referências à prática esportiva e a melhoria da saúde por meio da mesma, é claro sempre supervisionada por “profissional” habilitado. Mais do que um reconhecimento ao professor de Educação Física trata-se de um reconhecimento apenas corporativo arregimentado em grande parte pelo esporte.

ressaltava a educação por meio do esporte, sendo essa apenas uma visão parcial e insuficiente sobre o fenômeno (CAVALCANTI, 1981).

Em seu primeiro artigo sobre o tema, Cavalcanti (1981) pôs-se a descrever de que forma o esporte tinha até então sido objeto de análise, até mesmo em países em que a tradição da pesquisa de caráter social era mais extensa, e descobre na França uma amplitude dos estudos sociológicos sobre o tema, principalmente na obra de Jean-Marie Brohm. Ainda neste artigo, apresenta pela primeira vez no Brasil as principais teses desse autor: a finalidade política e social do fenômeno, as funções de adaptação e acomodação dos ideais da sociedade capitalista, o rendimento, a afinidade entre esporte e trabalho industrial.

A autora valeu-se das críticas ao esporte realizadas pela Nova Esquerda, principalmente por Jean-Marie Brohm, para escrever sua dissertação de mestrado em Educação defendida em 1982 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mais tarde foi publicada em livro, para entender um fenômeno nascido na Noruega em 1967, com a intenção de massificar o esporte na perspectiva de uma educação permanente, estendendo o programa ao maior número possível de pessoas. Trata-se do programa *Esporte para Todos*, que teve presença no Brasil a partir de 1975 sob a supervisão do professor Lamartine Pereira da Costa na campanha *Mexa-se*, divulgada pela Rede Globo de Televisão, e que tinha por objetivo mobilizar a população brasileira para a prática esportiva. No mesmo ano o Governo Federal transformou em lei (6.251/76) o Plano Nacional de Educação Física e Desportos, instituindo o programa que tratava da “terceira área da Educação Física”: O Desporto de Massa (que, por sua vez, receberia o nome programático de *Esporte para Todos*). Cavalcanti (1984) ousou questionar o

programa, analisando as finalidades sociais do esporte e os discursos empregados para sua “democratização¹⁷”.

Cavalcanti (1984) oferece em seu livro todo o percurso que o fenômeno *Esporte para Todos* teve desde seu nascimento na Europa até ser difundido no Brasil. O esporte era visto como capaz de oferecer atividades criadoras e ocupações recreativas podendo contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (CAVALCANTI, 1984). Ao esporte era creditado o grande papel de ajudar o homem a alcançar o equilíbrio fisiológico e psicológico, pois se acreditava ter ele considerável poder atrativo em todas as esferas da população. A preocupação era também ocupar as horas proporcionadas pelo tempo de não trabalho que vinha crescendo com o avanço da tecnologia industrial. A educação por meio do esporte pretendia ser uma poderosa arma a ser utilizada como fonte de lazer, afastando os indivíduos do ócio e preparando-os para o trabalho.

O *Esporte para Todos* era um projeto desenvolvimentista que, inserido no contexto do regime militar do Brasil, pretendia colocar em prática a idéia de uma nova nação alicerçada pelo progresso técnico-científico e para a qual corresponderia um novo homem. A Educação Física e o esporte possuiriam a chave para orientar esse novo (corpo) homem. A massificação esportiva foi a maneira encontrada para controlar e orientar esse corpo do homem que faria crescer a nação.

A autora salienta que, como acontecera com outros países onde o programa fora implantado, a ênfase recaiu sobre a democratização do acesso às atividades esportivas. Excetuando-se a *Carta Européia do Esporte para Todos*¹⁸, produzida em 1975, quando da gênese do programa, nenhum outro documento abordara possíveis questões políticas

¹⁷ Conferir sobre o tema o trabalho de Pazin (2004).

¹⁸ Neste documento o esporte ganha uma proeminência similar a educação, a saúde e a outros direitos do cidadão. O documento também aponta para a necessidade da aplicação de verbas públicas para promover o acesso de todos ao esporte. (CAVALCANTI, 1984).

e sociais do esporte. Como o objetivo era sociabilizar, ocupar o tempo livre e orientar o “corpo” e não a “mente” da nação, as preocupações do *Esporte para Todos* foram com as técnicas e a metodologia das atividades proporcionadas em detrimento das discussões sobre suas finalidades. Interessava menos discutir por que a massificação do esporte era necessária, por que se deveria praticar as atividades, ou por que induzir as pessoas a determinadas práticas corporais.

Desse modo, as intenções do programa, bem como as possibilidades de pesquisa que o *Esporte para Todos* poderia oferecer para aperfeiçoar os conhecimentos sobre o esporte não formal (ou que ainda não era formal), como, por exemplo, o lazer, danças e brincadeiras infantis, foram colocadas de lado em favor de discutir quais modalidades poderiam ser oferecidas e que seriam mais eficientes, e a metodologia que seria empregada (CAVALCANTI, 1984, p. 83). Os meios pelos quais o programa seria desenvolvido transformaram-se em seu fim, sem aprofundar a questão dos objetivos sociais. “A diversidade de embalagens para um mesmo produto mostra o grande interesse dos segmentos dominantes da sociedade em vender a prática esportiva para todos.” (CAVALCANTI, 1984, p. 87). Nos numerosos manuais técnicos do programa, bem como em seus meios publicitários, é possível encontrar prescrições que não deixam escapar o menor movimento, os espaços, os momentos para a prática e os materiais que poderiam ser utilizados (é claro, dependendo de cada camada social: portanto, os “menos favorecidos” poderiam adaptar os seus). Tratava-se de um esquadramento total e minucioso da vida dos indivíduos com o fim de proporcionar uma atividade específica: o esporte (CAVALCANTI, 1984).

Apoiada nas análises que Brohm fizera do esporte, a autora põe em questão alguns dos objetivos e finalidades do programa. Salienta que ele contribuía para os interesses das classes dominantes ao atingir grandes camadas da população à medida

que, por exemplo, mantinha os indivíduos ativos em seu único tempo disponível, sendo, portanto, uma forma de controle social que ajudava na despolitização das massas, afastando-as da consciência de sua realidade social e não as estimulando a pensar.

Também como Brohm, alertava para a massificação do mercado esportivo que financiava a campanha na televisão e na revista do programa – *Comunidade Esportiva*¹⁹ – com anúncios de materiais e equipamentos esportivos que, além de criarem um outro mercado rentável, propagavam e vendiam uma idéia específica de corpo e de saúde, expressão da consciência tecnocrática prolongando a ação da técnica sobre o indivíduo, coisificando o corpo e adaptando-o às exigências da tecnologia:

O esporte para todos ao pretender massificar o esporte estimulando a sua prática no tempo livre, impõe um modelo técnico de utilização do corpo, cujo objetivo é torná-lo rentável e ajustado ao modo de produção industrial. Em nome de um bem estar físico o corpo é cada vez mais valorizado e explorado comercialmente. O Esporte para Todos não propõe a liberação do corpo através de atividades físicas expressivas. Ao contrário, oferece técnicas esportivas simplificadas e técnicas corporais para se alcançar a forma física. (CAVALCANTI, 1984 p. 103).

É possível perceber a partir da citação acima a correlação entre a crítica construída por Cavalcanti e aquela desenvolvida pela Teoria Crítica do Esporte. Em ambos aparece a idéia de massificar as atividades esportivas a partir de interesses que não propriamente os dos envolvidos. Uma massificação que pretende como disse Brohm (1978), um corpo rentável, adaptado a esse modelo econômico onde não resta espaço para quem queira dele distanciar-se. Assim como antes Brohm e ainda Marcuse, Cavalcanti percebe no *Esporte para Todos*, ao contrário do que se poderia supor, um

¹⁹ Criada em 1980, a revista *Comunidade Esportiva* tinha como preocupação discutir a teorização e prática do esporte, pois era preciso dotar a Educação Física de idéias modernas e científicas sobre educação corporal e a iniciação esportiva. A revista confirmava a importância do esporte, sua legitimidade social, econômica e cultural e nesse caso dava ao programa *Esporte Para Todos* a visibilidade necessária mostrando quem era o principal articulador da idéia de uma sociedade moderna. Importante citar que a revista apesar de ser uma publicação de um grupo de voluntários, tinha grandes parceiros que atuavam como patrocinadores, entre eles, a Rede Globo de Televisão (PAZIN, 2004).

maior controle corporal, a venda de uma concepção prévia e específica de corpo e saúde, processos correspondentes ao estado de coisas que se afigura no capitalismo.

Esse modelo de corpo-saúde, já denunciado pela Nova Esquerda e muito atual hoje, em tempos de biopolítica (ALBINO, 2006), oferecia uma maneira de controlar, esquadrihar os corpos dos sujeitos, educar seu físico, dominar sua natureza interna, processo que estava em total consonância com o modelo de sociedade que se pretendia (e que talvez se pretenda hoje). Modelo normativo que definia formas de beleza, saúde e lazer. O *Esporte para Todos* no Brasil, assim como a legitimação do esporte na Europa assistida pela Nova Esquerda, funcionava como resposta pedagógica à preocupação em se ter um corpo esbelto, magro, saudável e que respondesse aos interesses do *status quo* por meio da integração dos indivíduos ao esporte e eliminando seus hábitos supostamente desregrados, seus vícios e sua ociosidade. Se naquele momento instalou-se o que podemos chamar de busca pela saúde, hoje este processo é o *leitmov* ou o ideal da sociedade biopolítica. Trata-se do conceito que Foucault (1999) empregou para detalhar o controle forte, mas que age de forma sutil que incute padrões normais e anormais de beleza, saúde, ou ainda, de corpo. São normas mais do que nunca atuais, que impõem comportamentos ao corpo social, ou seja, uma politização dos corpos da população tendo como fim último, mas também como pressuposto, sua potencialização. Aquilo que Foucault (1999) chamou de *fazer viver*, de forma imperativa: ser saudável, mesmo à custa de um controle enorme sobre o corpo, como ele “pode” ou não ser.

Os trabalhos de Cavalcanti deram início aos estudos utilizando as idéias da Teoria Crítica do Esporte no Brasil sem, contudo, oferecer uma visão mais ampla e geral do movimento. O primeiro trabalho com este propósito é o livro *Sociologia Crítica do Esporte - uma introdução*, publicado por Valter Bracht (2003) pela primeira

vez em 1997²⁰ e que apresentou à comunidade acadêmica uma síntese de abordagens sociológicas críticas, dentre elas a da Nova Esquerda. O autor, indagando sobre o poder do esporte na sociedade, transformado em expressão hegemônica no âmbito da cultura corporal de movimento (BRACHT, 2003, p. 09), ofereceu um mapa desde a gênese do esporte moderno, passando por teorias que tomaram o esporte como tema em seus princípios ou características fundamentais, como o domínio do corpo, a disciplina e a espetacularização. Debruçou-se sobre a Teoria Crítica do Esporte, primeiramente oferecendo uma breve discussão sobre as bases teóricas que inspiraram esse movimento, para então fazer uma introdução ao pensamento da Nova Esquerda, no qual estão expostas as principais idéias dessa corrente, principalmente as de Bero Rigauer, bem como breves comentários sobre críticas que foram endereçadas à teoria.

Outros textos apresentaram à sociedade acadêmica brasileira as teses da Teoria Crítica do Esporte. Um deles é o trabalho de Alexandre Fernandez Vaz (2003), agora nas Ciências Sociais e não no campo da Educação Física. Seu texto, apresentado no 27º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e mais tarde publicado na Revista *Esporte e Sociedade*, em 2006, oferece uma análise mais detalhada daquela que Bracht havia apresentado em seu livro. Em seu artigo, apresenta o contexto em que a Teoria Crítica do Esporte se desenvolveu, tanto histórico, referindo-se ao movimento contestatório de 1968, e a conjuntura da Guerra Fria, quanto intelectual, que diz respeito à influência da Escola de Frankfurt. Apresentou as principais críticas endereçadas ao esporte realizadas pelos autores da Nova Esquerda, como a afinidade com o trabalho e o princípio de rendimento incorporado por ele, bem como as ponderações que a elas foram endereçadas, e conclui tecendo comentários sobre a possível atualidade das idéias da Nova Esquerda para o

²⁰ O livro foi publicado pela primeira vez pelo Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo republicado em 2003 pela Editora da Unijuí.

esporte, apontando exemplos de questões que teriam alcançado mais força na atualidade: o amor aos grandes números, as quantificações, a estatística, todos processos que fazem parte mais do que nunca do esporte que ora presenciamos. A fascinação pelos feitos atléticos, a profissionalização dos atletas, a intensa propaganda e o patrocínio esportivo, apontam para uma mercadorização ainda maior do que aquela presenciada pela Nova Esquerda. Além disso, teria havido uma apropriação seletiva que a Teoria Crítica do Esporte fez das teses frankfurtianas, que nem de longe se esgotaram naquele contexto, como, por exemplo, o sacrifício corporal no esporte proporcionado pela técnica e a dominação do que há de natureza no homem.

O texto de Marcelo Proni (2002); *Brohm e a organização capitalista do esporte*, também oferece, de certo modo, um mapeamento das idéias elaboradas pela Teoria Crítica do Esporte. O autor descreveu amplamente as teses que foram elaboradas por Jean-Marie Brohm, apresentando não somente o ideário que o autor elaborou, mas também discutindo algumas das questões que, segundo entende, contribuem atualmente para a análise do esporte contemporâneo. Primeiramente descreve o modelo que Brohm utiliza para desenvolver sua crítica, sobretudo, afirmando que suas teses foram feitas tendo como grande referência a obra de Marx, notadamente o que este escreveu em *O Capital*²¹. Proni apresenta as teses, especialmente as mais importantes, quais sejam, a apropriação esportiva pelo sistema capitalista, produzindo mercadorias como recordes, campeões, atletas, a idéia de que o sistema esportivo é movido pelo regime capitalista e, é claro, a competição física que reflete estritamente a concorrência econômica industrial ou, em outras palavras, o princípio do rendimento, entre outras questões que antes foram descritas, quando apresentamos a produção da Teoria Crítica do Esporte.

²¹ Embora as teses de Brohm (1978) façam claras alusões a obra de Marx é preciso dizer que estão mais apoiadas nas teses frankfurtianas, principalmente desenvolvidas por Adorno e Marcuse.

Proni (2002) ainda apresenta e discute alguns pontos que dizem respeito às funções que, segundo Brohm, o esporte possui na sociedade burguesa. Nesse caso não deixa de citar a afinidade entre os meios de comunicação e o esporte para, antes de tudo, fomentar a construção dos mitos e heróis esportivos, e a utilização do esporte como aparelho ideológico do Estado, quando segundo ele, Brohm faz uma clara alusão a Althusser. Proni também apresenta duas outras teses. A primeira se refere ao fato de que o esporte nas sociedades capitalistas é idêntico àquele praticado em outros regimes políticos. Sua tese se apóia no fato de que tanto o esporte capitalista quanto aquele praticado no socialismo, têm a mesma estrutura organizativa, ou seja, ambos são orientados pelo princípio do desempenho. A segunda é a idéia segundo a qual o esporte é criador de certo nacionalismo ou identidade nacional. Esse nacionalismo serviria ao “sistema” para desviar a atenção e a energia libidinal de espectadores e atletas para o esporte, fazendo com que esquecessem de suas condições de trabalho (alienado) e de classe, possibilitando uma falsa coesão nacional (BROHM apud PRONI, 2002).

Proni elabora alguns comentários sobre a utilização das teorias de Jean-Marie Brohm para estudar o fenômeno esportivo e sua contribuição para a Sociologia do Esporte. Faz considerações sobre quais seriam as razões de Brohm para se colocar contra os avanços da lógica capitalista-burguesa sobre o esporte. O autor ainda oferece algumas reflexões sobre particularidades do esporte que não teriam sido consideradas por Jean-Marie Brohm. Para aquele, a teoria do sociólogo não seria útil para analisar modalidades esportivas que contestariam o modo de vida dominante, como o surfe e o skate, ou que tivessem outras particularidades e significados, como, por exemplo, as modalidades orientais.

O trabalho de Marcelo Proni apresenta muito bem as teorias que foram desenvolvidas por Brohm e que estão descritas no livro *Sociologie politique du sport*

(1976)²². Contudo, o autor comete alguns pequenos equívocos. O primeiro diz respeito a uma associação apresentada logo no início do texto, quando afirma que o papel social do esporte de rendimento já vinha sendo alvo de críticas pela “Escola alemã”, que teria feito ponderações que foram “além da denúncia ideológica e indicaram a necessidade de uma crítica mais fecunda” (PRONI, 2002, p. 32). O autor então cita os autores Bero Rigauer, Gehard Vinnai e Hans Lenk, que seriam os responsáveis pela crítica endereçada ao esporte. Aqui se encontra o equívoco. Lenk realmente ocupou-se do fenômeno esportivo, mas o fez em outra direção, visto inclusive que, como foi já dito, era um atleta olímpico de renome na Alemanha e contrário às teses da Teoria Crítica do Esporte, tendo sido grande crítico tanto de Rigauer quanto de Herbert Marcuse. Como apresentamos acima, Lenk se opõe à idéia de que o esporte seria alienante, dizendo que o atleta se entrega de livre vontade à prática.

Também a tese onde Brohm escreve sobre a forma como o esporte pode orientar as vontades das pessoas não foi citada por Proni, talvez porque esteja em outro trabalho de Jean-Marie Brohm, o artigo *La civilización del cuerpo: sublimación y desublimación repressiva*, também de 1978, onde este discute teorias psicológicas sobre a vontade do atleta em competir que dizem respeito ao conceito de dessublimação repressiva desenvolvido por Marcuse (BROHM, 1978). Nesse sentido, questões mais educacionais e filosóficas relacionadas ao esporte não foram expostas por Proni em seu trabalho.

É preciso dizer que um dos pontos que Proni salienta em seu texto, e que perfaz toda a crítica desenvolvida pela Teoria Crítica do Esporte, é um dos mais importantes na orientação do esporte, o *princípio de rendimento*. Em suas palavras “uma espécie de centro de gravidade em torno do qual se situam os demais elementos, um princípio pelo

²² O autor trabalhou com a versão em espanhol, *Sociología política del deporte*, publicada em 1978.

qual se guiam as mudanças estruturais”, ou ainda nas palavras de Brohm, “o motor do sistema esportivo.” (PRONI, 2002, p. 35).

Um ponto no texto de Proni que não se trata propriamente de um equívoco, mas sim de algo que foi talvez inadvertidamente omitido, é o fato de este apenas citar, como dissemos acima, os trabalhos realizados por Bero Rigauer e Gehard Vinnai como críticos do esporte na Alemanha. O equívoco está no fato do autor não considerar e não citar o trabalho de Jean-Marie Brohm dentro do mesmo contexto onde as obras dos outros dois autores foram elaboradas. Proni apresenta as teses de Brohm como uma análise sócio-política do esporte sem que inclua seu trabalho dentro da Teoria Crítica do Esporte como um movimento teórico.

Nesse sentido, nenhuma aproximação com as teses da Escola de Frankfurt que, como apresentamos, influenciaram decisivamente as teses da Nova Esquerda, foi sequer sugerida. Em certo momento de seu texto, Proni discute a apropriação do esporte pelos meios de comunicação, produzindo e gerando toda uma série de produtos esportivos. Nesse ponto de seu trabalho, o autor já poderia fazer associação com o capítulo sobre *indústria cultural* presente na Dialética do Esclarecimento (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). Entretanto, há ainda outros momentos onde a correlação é ainda mais nítida. Por exemplo, quando Proni fala em práticas esportivas de lazer como o surfe e o skate, parece não conhecer as teses da Nova Esquerda que se referem ao tempo livre. Estas afirmam que as práticas esportivas de lazer absorvem os princípios do esporte de rendimento. Proni salienta apenas que estas fogem ao padrão do esporte tradicional e que nesse caso a teoria de Jean-Marie Brohm seria insuficiente para analisar o fenômeno.

Entretanto, essa tese apresentada por Brohm (1978) tem por base também as desenvolvidas pelos teóricos de Frankfurt. Brohm se apóia em Adorno, que embora

Eis o segredo da sublimação estética: apresentar a satisfação como promessa rompida. A indústria cultural não sublima, mas reprime. Expondo repetidamente o objeto de desejo, o busto no suéter e o torso nu do herói esportivo, ela apenas excita o prazer preliminar não sublimado que o hábito da renúncia há muito mutilou e reduz ao masoquismo. Não há nenhuma situação erótica que não junte a alusão e excitação a indicação precisa de que jamais se deve chegar a esse ponto. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 131).

Os mitos esportivos, os heróis da vontade, assim como outros tantos criados e vendidos pela indústria do divertimento, correspondem àqueles indivíduos que parecem ter sido capturados ao acaso, casualidade que em verdade não existe, pois é um outro modo de operação dos esquemas da indústria cultural (HORKHEIMER; ADORNO, 1985) que os utilizam para disseminar a idéia de que qualquer um, com esforço, pode ser um *Robinho* ou um *Gustavo Kuerten*. Entretanto, essa pretensa felicidade ou glória não deve estar acessível a todos, mas para quem tira a sorte grande ou foi “designado” por uma espécie de “potência superior” (IBIDEM, 1985, p. 136). A indústria do prazer está sempre à procura destes bodes expiatórios que reforçam a ideologia do merecimento, do suposto esforço, da meritocracia.

O acaso finge preponderar, quando na verdade torna-se idêntico ao planejamento. E não se trata de fazer crer que um ou outro indivíduo tenha sido escolhido, antes sim, de fazer acreditar que o acaso impera. Ele parece servir como justificativa ao planejamento e transmite um pensamento ainda mais cruel: o de que no meio das negociações, nas relações pré-determinadas em que se transformou a vida dos sujeitos haveria ainda espaço para liberdade, para relações espontâneas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

As personagens descobertas pelos caçadores de talentos e depois lançadas em grande escala pelos estúdios [assim como as pequenas estrelas descobertas nos campos de bairro, nas pistas de barro, nos

ginásios das cidades do interior] são tipos ideais da nova classe média dependente. A *starlet* deve simbolizar a empregada de escritório [assim como o grande jogador de futebol deve representar o menino que joga descalço], mas de tal sorte que, diferentemente da verdadeira, o grande vestido de noite já parece talhado para ela. (...) A semelhança perfeita é a diferença absoluta (ADORNO; HORKHEIMER, p. 136).

Quando Proni fala em “esporte de resistência”, como a capoeira²³, ou o skate, salienta que são mais difíceis de serem analisados no interior da teoria de Brohm porque haveria fatores mais complexos que os envolveriam. A tese pode ser correta, entretanto, a possível associação destes esportes com a indústria cultural, quando esta acaba por absorver esses fenômenos e os reinaugura como mercadoria, não é mencionada. Exemplar nesse caso é a citação de *Dialética do esclarecimento*: “Quem resiste só pode sobreviver integrando-se. Uma vez registrado em sua diferença, pela indústria cultural, ele passa a pertencer a ela assim como o participante da reforma agrária ao capitalismo” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 123). Assim até mesmo atividades consideradas exemplos de expressões culturais e resistência, como a já citada capoeira ou ainda as lutas orientais como o Tai Chi Chuan²⁴ ou ainda esportes que em seus “discursos” afirmem que em sua prática não há procura do vencedor e a importância estaria em competir, são fagocitados justamente pelo seu “aparente” *estilo* e transformados, nos esquemas da indústria cultural, em novos produtos. As novas modalidades se esportivizam, recebem novas regras, são mais bem desenvolvidas e logo passam a ser vendidas e consumidas tendo como apelo ou *slogam* que clama por seu caráter de novidade.

²³ Tida como atividade de resistência a capoeira como exemplo de outras manifestações também já foi aprisionada pela indústria do entretenimento e é consumida como outro produto de consumo corporal: “Sabemos que a capoeira se joga de acordo com o toque do berimbau, mas não é este que o faz agradar o olhar do público. Com a avalanche de apresentações de capoeira que tem ocorrido nas últimas décadas, os praticantes muitas vezes adaptam seu jogo, rituais, indumentárias, cânticos, duração da roda etc., de acordo com o local onde se apresentam e das pessoas que estão assistindo, moldando-se às demandas do consumo.”(MWEWA; VAZ, 2006, p.50)

²⁴ Há um movimento que pretende transformar a prática milenar do Tai Chi Chuan em modalidade olímpica, assim como outras como o judô. Consulte-se www.sbtcc.org.br.

Por fim, outro ponto da crítica de Jean-Marie Brohm que Proni (2002) salienta é a crença no progresso contínuo e na superação incessante dos limites humanos. Esta também é uma tese desenvolvida pela Escola de Frankfurt. A crítica à crença no progresso irrefreado e sempre linear está presente em várias obras dos frankfurtianos, especialmente na *Dialética do Esclarecimento*, onde já nas primeiras linhas do primeiro capítulo do livro os autores afirmam: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Embora a Educação Física brasileira, assim como a de outros países tenha no esporte um dos seus mais fortes apelos e por ele se legitime, e a sociedade contemporânea credite ao esporte valores muito reconhecidos, como determinação, caráter, e moral positiva, é possível perceber discursos como os apresentados acima que não enderecem ao esporte características de endeusamento que tão facilmente são direcionados a eles. Seja pela Teoria Crítica do Esporte, pelas teses frankfurtianas ou ainda por outras teorias que se dedicam a estudar o esporte como, por exemplo, as Teorias da Hegemonia Cultural, baseadas em Antonio Gramsci e no marxismo inglês²⁵, este é um tema discutido em várias de suas manifestações contemporâneas. Longe de construir um discurso unívoco, esses questionamentos apontam a importância do fenômeno e a necessidade de se realizar mais investigações.

5. CRÍTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

²⁵ Entre outros destacam-se os trabalhos de Richard Gruenau (1993) e John Hargreaves (1986).

As idéias do movimento da Nova Esquerda no Brasil, como dissemos, foram mais absorvidas pelos que desejavam superar as visões reducionistas da Educação Física, aquelas que não se comprometiam com a relevância social de suas intervenções. Exemplar nesse sentido é o trabalho de Valter Bracht (1997b) que, ao pensar uma Educação Física comprometida com a crítica e com o movimento de transformação social, dialogou com a Teoria Crítica do Esporte no artigo *A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista*, publicado pela primeira vez em 1985. Nele o autor anuncia e desenvolve a idéia que há uma transposição da aprendizagem das regras do jogo esportivo para a dinâmica da sociedade capitalista. Para o autor, o esporte escolar contemporaneamente teria assumido o papel de socialização de crianças e adolescentes, atuando como uma forma de controle social onde os praticantes se adaptariam e internalizariam as regras e normas do sistema dominante. Também se atribuiria ao esporte a função de preparação psíquica e física para que o futuro adulto pudesse mais bem desempenhar as funções que já estão previamente estabelecidas, mesmo que não haja qualquer questionamento.

Em seu texto, Bracht expõe desde o início sua atenção a uma Educação Física preocupada com os condicionantes sociais de sua atividade pedagógica, pois até então a área disciplinar enxergava o ensino de seu conteúdo por meio de uma visão *biologicista*, segundo a qual seu papel seria o de promover melhor aptidão física, o que contribuiria automaticamente para o desenvolvimento social, pois deixaria “os indivíduos mais aptos a aturem na sociedade” (BRACHT, 1997, p. 57). Ou ainda, o que também é criticado por Bracht ao procurar superar esta visão, reconhecer que o papel da Educação Física seria o desenvolvimento não somente físico, mas também intelectual, o que foi denominado de visão *bio-psicológica* (IBIDEM, 57). Para Bracht, entretanto, essas visões, que parecem perfazer ainda hoje a maioria intelectual da Educação Física,

seriam funcionalistas, já que apenas pretendem melhorar física e psiquicamente o indivíduo para que atue da melhor maneira possível dentro da **atual estrutura social**, sendo, portanto, visões *a-históricas* e fragmentadas do papel social da prática pedagógica (BRACHT, 1997b).

Nesse sentido, o de promover a Educação Física como meio de melhorar a condição física e psíquica dos indivíduos, é que se fez uso do esporte na escola, defendido por professores que realçavam a sua contribuição na socialização de crianças. Tendo como arcabouço teórico as teorias da *New Left*, Bracht defende a idéia de que o esporte na escola cumpriria a função de difundir valores da ideologia burguesa. A crítica a idéias como o caráter socialmente apenas positivo do aprendizado das regras, a incorporação de idéias de “vencer ou perder na vida”, a louvação do esforço individual como meio de ascensão, a meritocracia, temas caros à Teoria Crítica do Esporte, encontram, naquele texto, a relação entre o esporte e a Educação Física na escola.

Para o autor, o discurso da Pedagogia do Esporte na escola vem disfarçado por outras palavras, como *socialização e cooperação*. Entretanto, acabaria por reproduzir as mesmas idéias do esporte praticado fora dela, como o aprendizado de regras sem que houvesse questionamento, ou ainda o comportamento segundo as normas das competições, uma vez que para estas, o que realmente importa é o desempenho.

As teses da Teoria Crítica do Esporte parecem ter influenciado o pensamento na área da Educação Física, mesmo que por vezes não tenham sido efetivamente citadas – esse texto de Bracht é um bom exemplo. Reconhecemos sua influência se pensarmos nas idéias que se desenvolveram na Educação Física brasileira nos últimos anos, que colocou o esporte como tema de pesquisa, nas críticas sobre a tecnificação da Educação Física escolar e, como vimos no trabalho de Bracht, na possível divulgação da ideologia burguesa e capitalista. Em consonância com estes trabalhos, outras abordagens da área

propuseram, em diferentes momentos, a relativização do esporte como tema de ensino ou ainda a transformação de suas regras e normas, procurando colocar em jogo a competição e a sobrepujança do outro²⁶.

Contudo, por ser o esporte um tema complexo e de forte poder identitário para os professores da área, sua contestação, assim como as críticas que a Nova Esquerda desenvolveu, também geraram polêmicas. Lovisolo, em *Educação Física: A Arte da Mediação* (1995), preocupado com os momentos de crise de legitimidade instaurados na Educação Física, dedicou um capítulo de seu livro para pensar a presença do esporte como tema da área, especialmente, na escola, suas regras e possíveis relações com o capitalismo. No capítulo *Regras, esportes capitalismo: obrigatoriedade e escolha na Educação Física Escolar*, o autor apresenta argumentos que são contrários à tese de Valter Bracht²⁷ e de outros autores, de que o esporte é uma forma de propagar a ideologia do capitalismo.

Para o autor, as regras teriam um sentido positivo na sociedade. Segundo ele, os ganhos dos trabalhadores, por exemplo, são facilmente percebidos quando observamos as modernas leis trabalhistas. A diminuição da carga de trabalho, o pagamento de horas extras e a licença maternidade são regras que foram implantadas nas indústrias e que correspondem ao anseio das classes trabalhadoras. Não são, portanto, pensadas exclusivamente pelas classes dominantes e não foram desenvolvidas para explorar ainda mais o trabalhador, como apregoariam os que criticam as regras no mundo capitalista (LOVISOLO, 1995).

Lovisolo, após discutir o ganho que as regras possibilitaram aos trabalhadores nas fábricas, retoma a discussão questionando a relação entre a presença das regras no

²⁶ Consultar Kunz (2000).

²⁷ Embora Lovisolo apresente idéias contrárias às de Valter Bracht, reconhece como importante o trabalho deste autor e nesse mesmo texto o elogia: “ O trabalho mais elaborado e lúcido da concepção acredito que seja o de Bracht (1992, cap.2). (LOVISOLO, 1995, p. 106).

esporte e sua suposta propagação da ideologia dominante. O autor afirma que o que conhecemos hoje como esporte não teria o mesmo significado sem suas regras. Nas Olimpíadas da Grécia Antiga, por exemplo, certas lutas eram disputadas por escravos que não podiam escolher entre participar ou não do esporte e as únicas opções eram vencer ou morrer. Hodiernamente, quando do desenvolvimento de um esporte, se este não tem suas regras respeitadas, gera conflitos que não raro impossibilitam o jogo. Nesses casos, os competidores enxergam os adversários como inimigos, da mesma forma que antigamente ou ainda como na guerra. A violência é então exacerbada, (LOVISOLO, 1995). As idéias de Lovisolo parecem ir ao encontro das teses de Norbert Elias (1992), quando este afirma que por mais violento que um esporte seja, é sempre mais brando que a violência na sociedade do qual ele faz parte, justamente por conta da existência das regras. Lovisolo ainda salienta que o atleta se coloca de livre vontade no esporte e, portanto, aceita as regras a que será submetido. Quando há necessidade de mudança de regras dentro de determinado esporte, não é apenas porque alguns a desejam, mas sim porque deve estar sendo solicitada para melhorar a prática em questão. Nesse caso, segundo o autor, leva-se em consideração questões referentes à tradição da modalidade, éticas, estéticas e técnicas (LOVISOLO, 1995).

Os argumentos de Lovisolo para defender as regras no esporte têm muita força, sobretudo se imaginarmos a possibilidade de modalidades esportivas sem regras, quando “tudo” seria permitido. Com certeza, fatores estéticos que apreciamos no esporte deixariam de aparecer, mas também a violência, que de certo modo foi contida pelas regras, reapareceria, algo que por certo não desejamos.

Entretanto, é preciso considerar alguns pontos nas assertivas de Lovisolo. Este, assim como Elias, não se dedicou a pensar no caráter agonístico mais intrínseco do esporte, sua ampla relação como o sacrifício que impõe também uma alta dose de

violência para com o próprio corpo. Essa violência não aparece somente no treinamento, mas também é suscitada muitas vezes pelas regras esportivas. Importante é o exemplo da pesagem nos esportes de lutas, quando por vezes a necessidade de estar em determinada faixa de peso faz com que o atleta exponha seu corpo a agressões de todo tipo, como uso de laxantes e jejuns prolongados²⁸.

É indiscutível o papel positivo que as regras têm no esporte, sobretudo para conter o excesso de violência. Contudo, dada a espetacularização do esporte, sua exposição massiva na mídia, ele não deixa de ser favorável aos interesses de certos grupos, seja por meio da ideologia do corpo-fitness, que o utiliza para comercializar os mais diferentes produtos, ou pelo lazer conduzido, que professa as atividades que devem ser praticadas, como o corpo deve estar vestido nessas ocasiões e como ele deve se comportar. As teses do autor, ao afirmar que os atletas se colocariam de livre vontade no esporte ou ainda que acham saudável o caráter de dor e sacrifício contido neste, podem ser, dessa forma, questionadas. Também é possível identificar interesses dos grades conglomerados do entretenimento televisivo, quando as regras mudam para que sejam mais aceitas pelos anunciantes e telespectadores. Um exemplo recente é a modalidade do voleibol, que teve suas regras reformuladas para que fosse transmitido mais comercialmente na televisão e se tornasse mais emocionante frente aos telespectadores. O tempo no voleibol era excessivamente longo, o que não permitia sua transmissão. Com a eliminação da lei da vantagem²⁹ o jogo tornou-se mais dinâmico para os telespectadores e mais atrativo para os anunciantes. Um claro exemplo de determinação dos processos da indústria cultural³⁰.

²⁸ Consultar, por exemplo, Wacquant, (2000); Gastaldo, (1995).

²⁹ A lei da vantagem consistia em: para o time efetivamente marcar um ponto ele deveria ter sido o sacador naquele momento. Caso não fosse, ao derrubar a bola do adversário ele teria a vantagem de sacar e marcar o ponto. Se não marcasse essa vantagem era revertida ao adversário. Dessa forma o jogo demorava mais para terminar, pois nas novas regras o time marca o ponto mesmo que o saque não tenha sido seu.

³⁰ Um estudo sobre este processo, mas com diálogo diferente do nosso, é o de Marchi Jr. (2000).

6. PRESENÇA DA TEORIA CRÍTICA DO ESPORTE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA

A recepção da Teoria Crítica do Esporte no Brasil e em outros países da América Latina não é apenas afirmativa. Há também um conjunto de ponderações a ela

que se aproxima daquelas feitas na Europa e na América do Norte, ainda que sem a mesma densidade e alcance teóricos. Isso talvez se deva à menor presença desse debate entre nós, manifesta, por exemplo, nos poucos textos dos teóricos críticos do esporte em espanhol ou português. Vale ressaltar que um dos livros mais maniqueístas e pobres teoricamente da Teoria Crítica do Esporte ganhou várias edições em espanhol, *El fútbol como ideología*, de Gerhard Vinnai (1986), o que agrava o que foi apenas dito. Importante destacar que livros clássicos do movimento ainda hoje não possuem versão em português ou mesmo em espanhol, como é o caso de *Sport und Arbeit* (1969) de Bero Rigauer.

O precário debate na América Latina sobre a Teoria Crítica do Esporte aparece, por exemplo, no ótimo trabalho de Toledo (2002), um artigo de revisão que abrange vinte anos (1982-2002) de produção sobre Sociologia do Esporte no Brasil. Toledo enfatiza primeiramente o início do debate sobre o esporte em nosso país, algo que, segundo ele, demorou a acontecer, uma vez que na época em que nas Ciências Sociais na Europa se discutia temas caros à Teoria Crítica do Esporte, como rendimento e afinidade entre esporte e trabalho, as Ciências Sociais brasileiras preocupavam-se com os fenômenos crescentes nas cidades brasileiras, como a violência, o lazer, a nova medicina, entre outros temas urbanos então novos entre nós.

Toledo (2002) segue afirmando que mais tarde a discussão sobre o esporte no Brasil inicia com a leitura dos trabalhos de J. Huizinga e R. Caillois, seguido por outras perspectivas sociais, como as dos trabalhos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu. A partir destes acontece um deslocamento do discurso do esporte em geral para o tema do futebol. Quanto à Teoria Crítica do Esporte, o único livro citado por Toledo é o de Gerard Vinnai que, como já dissemos, é um estudo mais frágil teoricamente, talvez por

não tomar o esporte de forma mais ampla e ser muito *imediato*, como que “colando” as teorias da Nova Esquerda à realidade do futebol.

O trabalho de Vinnai é também apontado em outro estudo que se ocupou, dentro das Ciências Sociais, em descrever o processo de pesquisa com relação ao esporte na América Latina. O texto em questão também se dedica mais fundamentalmente ao futebol, embora inicialmente se debruce sobre o esporte em geral. Trata-se da comunicação de Pablo Alabarces (2002) que discorre sobre os trinta anos dos estudos do esporte nas Ciências Sociais da América Latina. Alabarces afirma que um dos primeiros trabalhos sobre o tema na América dos anos 1970 foi o de Vinnai que, como já dissemos foi publicado na Alemanha em 1970 e traduzido para o espanhol em 1974. Apesar do trabalho de Alabarces oferecer uma discussão profícua sobre o desenvolvimento das pesquisas na América Latina envolvendo o esporte e notadamente o futebol desde a publicação do livro de Roberto DaMatta, além de citar a produção européia sobre o esporte, não explora e pouco comenta a produção da Teoria Crítica do Esporte, nem mesmo o livro de Vinnai e as suas implicações nas Ciências Sociais latino-americanas.

Outro estudo que demonstra vagamente a posição nas Ciências Sociais dos trabalhos dos teóricos da Nova Esquerda é o de Hugo Lovisoló (2002): *Sociologia do esporte: viradas argumentativas*. Relata de forma superficial a importância da Teoria Crítica do Esporte nessa área. Em sua opinião o tratamento do esporte de rendimento e espetáculo pelas Ciências Sociais, especialmente no que se refere ao futebol, teve uma breve e pequena influência da Escola de Frankfurt. Nas palavras dele: “(...) os esportes eram compreendidos a partir das relações sociais de produção e poder, da dinâmica das classes sociais, com duas noções chaves profundamente relacionadas: alienação e controle” (LOVISOLÓ, 2002, p. 2). Não discute quaisquer das teses da Nova Esquerda.

O autor parece tratar de forma reducionista as teses frankfurtianas, já que para eles o esporte era bem mais ambíguo, em que apenas procurou enquadrá-lo apenas nas teses da alienação. Também o autor parece desconhecer ou pelo menos não considerar a produção da teoria Crítica do Esporte

O livro *Fútbol y cultura*, escrito por Ruben George Oliven e Arlei Sander Damo³¹, publicado em 2001, oferece uma análise sobre a fascinação que o futebol alcançou contemporaneamente, sobretudo no contexto brasileiro, mas também em alguns países latino-americanos. Os autores iniciam a apresentação de seus estudos evidenciando a pouca importância que o futebol e o esporte em geral receberam na Academia, que os via e os vê como temas menores. Discutem primeiramente aspectos do futebol que dizem respeito às suas transformações, sua relação com a chamada identidade nacional e apresentam um panorama geral sobre as investigações então em curso. No segundo capítulo, denominado *Dialectica de la incomprensión*, apontam a falta de neutralidade daqueles que militam pelo esporte e não alcançou o necessário distanciamento para o exercício de uma crítica séria ao futebol e ao esporte, nela pondera também a posição dos que apenas exercem a crítica sem considerar as amplas relações presentes no fenômeno. Ainda neste capítulo, os autores citam a crítica dirigida ao esporte feita pela *Nova Esquerda* tomando-a, em alguns momentos, como sinônimo daquelas realizadas pelos frankfurtianos, destacando que estes não se dirigiram diretamente ao fenômeno esportivo, mas sim à sociedade administrada da qual o esporte faz parte. Os autores dizem que realmente nem Adorno, nem Horkheimer, se preocuparam diretamente com os fenômenos esportivos, muitos menos com o futebol. Citam o trabalho de Adorno – *El Fetichismo de la Musica y la vuelta a la Audición*³² – onde este discute a mercantilização da música e a conseqüências desta, entre elas a

³¹ O livro, a pesar de ser escrito por brasileiros, foi traduzido para o espanhol, resultado, possivelmente, de uma encomenda de uma série de livros de Antropologia.

³² Há tradução para o português, conferir ADORNO, (1999).

massificação e a alienação. Nas palavras de Adorno, citado pelos autores: “la nueva etapa de la conciencia musical de las masas se define por la negación y rechazo del placer en el próprio placer. Tal fenómeno se asemeja a los comportamientos que las personas mantienen frente al deporte o a la propaganda.” (OLIVEN; DAMO, 2001, p. 41)³³.

É correto afirmar que as preocupações de Adorno e Horkheimer com o fenômeno esportivo foram apenas ocasionais. Entretanto, como pode ser lido no trabalho de Vaz (2000), é preciso considerar a força que os comentários dos autores sobre o esporte possui nas obras em que este aparece. É bom ainda salientar que o esporte, apesar de ser reconhecido pelos frankfurtianos como uma forma de violência corporal, de instigar tendências sadomasoquistas, e de ser contrário a uma educação que se diga emancipadora, apresentaria a possibilidade de conter aspectos que seriam lúdicos “frente à tendência de maximização do desempenho” (VAZ, 2000, p. 83). Adorno concordaria, nesse caso, com um de seus interlocutores no campo educacional, Helmut Becker (ADORNO, 1995). Segundo este, a sociedade liberada de esforços físicos abriria espaços para atividades físicas vinculadas ao lúdico, diminuindo o peso da competição no contexto da Educação Física escolar. Vale citar um trecho da obra de Adorno onde ele se refere diretamente à Educação e apresenta o caráter de ambigüidade presente no esporte.

Por um lado, pode produzir um efeito antibarbárico e anti-sádico, através do *fair play*, o cavalheirismo e a consideração pelos mais frágeis, por outro, sob muitas de suas formas e procedimento, pode fomentar a agressão, a crueldade e o sadismo, principalmente no caso dos espectadores, que pessoalmente não estão submetidos ao esforço e à disciplina do esporte; são aqueles que costumam gritar nos campos esportivos. (ADORNO, 1995, p. 127).

³³ “A nova etapa da consciência musical das massas se define pela negação e rejeição do prazer no próprio prazer. Assemelha-se tal fenômeno aos comportamentos que as pessoas soem manter em face do esporte ou da propaganda” (ADORNO, 1999, p. 71).

No artigo de Vaz (2000) lê-se que o esporte aparece nas obras dos frankfurtianos, na maior parte das vezes, sendo duramente criticado. Mas, como vimos, os autores não deixam de vislumbrar aspectos positivos que o fenômeno esportivo poderia conter. Isso estaria expresso no caráter de jogo como opositor da regressão e da barbárie contra o próprio corpo. Um momento mimético reconciliatório entre sujeito e objeto, observável também no respeito aos oponentes, desde que livres do caráter de competição extrema (VAZ, 2000). Não se pode deixar de lembrar, entretanto, que muito da aversão de Adorno pelas práticas esportivas vem do *modus* espetacular que ele adquiriu na cultura de massa, tema caro à crítica à indústria cultural. O esporte, pelo seu caráter ambíguo, aparece nas obras dos frankfurtianos da mesma forma que a civilização e o esclarecimento: dialeticamente (VAZ, 2000).

Oliven e Damo consideram que a aversão endereçada ao esporte – realizada dentro da crítica à massificação da cultura – é fruto do contexto em que viveram os autores da Escola de Frankfurt, e que diz respeito ao período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, pois o espírito do nazismo já estava presente, e aos anos que se seguiram e, nesse sentido, as Olimpíadas de 1936 em Berlim seriam exemplares. Esta foi a materialização das imagens e do sonho nazista que utilizava corpos fortes, bonitos e saudáveis e até mesmo a atmosfera que reverenciava o sacrifício na propaganda da formação do “novo” homem. Entretanto, os autores consideram a crítica dos frankfurtianos muito tênue, sobretudo porque não teriam dedicado ao esporte a devida atenção, destacando também a falta de estudos empíricos sobre o tema. Sobre a relação do esporte com a propaganda ou com a indústria cultural, haveria argumentação suficiente para discutir as conclusões a que os frankfurtianos chegaram. Entretanto, a associação com a negação da subjetividade e a massificação de sua prática não era tão

evidente e não teria merecido maior atenção por parte de Adorno (OLIVEN; DAMO, 2001).

Em seu livro, os autores demonstram conhecer as críticas que foram endereçadas às idéias da Nova Esquerda e afirmam ser preciso relativizar o contexto onde as teses da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt foram desenvolvidas, especialmente porque acreditam que o que foi dito ou escrito sobre a cultura de massas, ou seja, sobre a *indústria cultural* teve como referência uma concepção elitista de arte e cultura (OLIVEN; DAMO, 2001, p. 45), utilizando para isto a afirmação de que o proletariado ou as classes mais baixas sempre deram grande importância ao fenômeno esportivo, principalmente o futebol, o que oportunizou que grandes historiadores da luta de classes como, por exemplo, Eric Hobsbawm, se debruçassem sobre o tema (IBIDEM, 45) sem que o considerassem apenas alienação. É preciso, entretanto, ressaltar que o ponto de vista dos autores, quando argumentam sobre uma possível concepção elitista de cultura por parte de Adorno para criticar a cultura de massas, apenas refere-se ao que ele escreveu como crítica da cultura, e não ao que produziu sobre arte e cultura, algo que também está presente ao longo de sua vasta obra. Não há dúvidas sobre a enorme divulgação que a crítica à indústria cultural ganhou nas Ciências Sociais contemporâneas, mas isso também talvez tenha obscurecido a contribuição de Adorno sobre outras faces da cultura, entre elas as diferenças entre cultura popular e cultura de massas.

No trabalho de Stigger, *Esporte, Lazer e estilos de vida* (2002), as idéias da Teoria Crítica do Esporte são também questionadas. Stigger dedicou-se a analisar três grupos que se reuniam voluntariamente nos finais de semana, na cidade do Porto, em Portugal, para praticar na praia algumas atividades esportivas que, segundo os

participantes, eram desenvolvidas como forma de lazer, como convívio social, para superação do stress e para a manutenção da saúde.

O autor descreve que todos os três grupos estudados praticavam atividades que não poderiam ser consideradas como esporte de alto rendimento, já que não possuíam vários aspectos intrínsecos às modalidades escolhidas (futebol e voleibol), como local apropriado, regulamentação etária, arbitragem, regras rígidas etc. Entretanto, possuíam aspectos em comum com aqueles, pois seguiam a organização própria do esporte, onde times se enfrentam, exigindo habilidades que são requeridas nas modalidades escolhidas, bem como a obediência às suas regras. Entretanto, as regras e as habilidades eram muitas vezes adaptadas ao contexto onde praticavam (na areia e não na quadra), e a inabilidade técnica dos praticantes era secundarizada.

Nas entrevistas realizadas por Stigger, os praticantes não enfatizaram a busca do rendimento como objetivo do jogo, embora houvesse opiniões controversas e o desejo de vitória entre eles. Isso levaria ao principal ponto de questionamento do autor em relação à Teoria Crítica do Esporte, especialmente à tese de Rigauer (1981) de que todos os esportes, fossem de rendimento ou praticados em menor grau competitivo, buscariam o resultado como finalidade. De fato, nas falas dos praticantes a palavra performance não apareceu como algo a ser perseguido, mas eles reconheceram que esta se fazia presente, já que os atores estudados aceitavam como necessárias algumas “condições mínimas para realização das partidas” (p. 204), ou seja, os participantes eram “comparados pela possibilidade de produzir algo” (p. 203), de “terem performances semelhantes” (p. 203) para produzirem jogos equilibrados, já que ganhar muito facilmente não despertaria a tensão necessária para se obter prazer do jogo. Ou ainda, ao reconhecerem que depois de certa idade alguns participantes “têm de reformar-se” (p. 204), já que não mais apresentariam condições técnicas necessárias

para acompanhar os jogos. Nesse caso, embora semelhanças com o esporte praticado em completa afinidade com o capitalismo industrial não estejam claramente colocadas, uma certa miniatura do esporte de alto nível se fazia presente, ao que parece.

A principal questão a que Stigger se dedica é a idéia do esporte como possibilidade de lazer para os praticantes. Nesse momento a sua crítica dirige-se diretamente a Rigauer. Para o autor, a tese de Bero Rigauer, de que as esferas do trabalho e do esporte estão igualmente impregnadas pela idéia de sucesso e performance, o que faz com que esporte de rendimento difunda suas normas, até mesmo no lazer, é generalista demais. Nos fenômenos de lazer que pesquisa, Stigger afirma que este caráter de performance e rendimento não é o principal fio condutor. Nesse quadro, as críticas da Nova Esquerda parecem fazer sentido, ainda mais se forem confrontadas diretamente com o pensamento Adorniano que, como dissemos, influenciou diretamente a Teoria Crítica do Esporte. Adorno e Horkheimer (1985, p. 28), antes de terem suas teses dirigidas ao esporte, já alertavam que a “diversão é o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio”. Para o primeiro, “mesmo onde o encantamento se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres do horário de trabalho.” (ADORNO, 2002, p. 113).

As questões colocadas por Stigger merecem uma análise mais detalhada porque representam uma posição do campo acadêmico que discute o esporte como fenômeno social. Vale lembrar, no entanto, que a recuperação psicofisiológica por meio das práticas esportivas – por exemplo, como “escape”, para “aliviar o stress” ou “diminuir as agruras do trabalho” (STIGGER, 2002, p. 226) – é uma tentativa de regeneração da força de trabalho, além de ter que se apresentar, em um *mundo administrado*, como uma vivência que faça esquecer a condição de exploração.

Por outro lado, um pastiche do esporte de rendimento talvez conserve em sua prática os mesmos modelos a que diz se contrapor. Nesse momento cabe a mesma discussão já estabelecida no capítulo anterior. Os esquemas da *indústria cultural*, uma vez percebida a diferença e o aspecto de novidade de uma prática, a absorvem ou reproduzem, solapando sua aparentemente liberdade e espontaneidade para torna-lo mais um produto oferecido, afirmando valores que a princípio queria negar. Por fim ao demonstrar que uma atividade de lazer é necessária e faz bem aos indivíduos, acaba-se reforçando a idéia de que nosso trabalho é alienado, mas temos chance e oportunidade para dele nos desvincularmos. Se assim o realizamos, acabar com o trabalho que nos causa sofrimento não é mais necessário, já que uma prática “libertadora” nos regenera e nos coloca novamente em uma condição possível para seguir como vítima da exploração.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrermos o caminho das teses da Teoria Crítica do Esporte fica apontado a necessidade da pesquisa e da reflexão sobre o fenômeno esportivo, que encerra inúmeras contradições. Esse esporte moderno, esporte de rendimento que se sustenta nos discursos da tradição e por outros está cada vez mais espetacularizado a ponto de não se distinguir da publicidade.

Como se apresentou, os discursos sobre essa teoria não são de modo nenhum unívocos, mas sim encerram contradições que estão presentes em todo fenômeno social. A Teoria Crítica do Esporte parece permanecer atual no mínimo como uma baliza que tensiona as assertivas tão positivas que as práticas esportivas recebem cotidianamente. Mas, mais do que isso, ela segue sendo um recurso teórico importante para a compreensão do esporte na medida em que as condições sociais que foram o solo de sua gênese não somente permanecem como se apresentam ainda mais fortes.

É preciso, no entanto, lembrar que algumas das críticas endereçadas às idéias da Nova Esquerda devem ser levadas em consideração. Uma delas é a falta de empiria das análises da Teoria Crítica do Esporte. Outras seriam as assertivas de Stigger (2002) sobre a possibilidade de existirem “esportes” e não uma definição única, essencialista, pois, para alguns praticantes, o caráter de rendimento parece não ser o mais importante, antes sim a fruição jogo o gosto da atividade pelo prazer que ela pode proporcionar. Também as considerações de Proni, precisam ser observadas quando afirma que nem todos os fenômenos esportivos e nem todas as suas manifestações podem ser analisados somente por esse modelo de Sociologia do Esporte. Essas reflexões não enfraquecem as teorias da Teoria Crítica do Esporte, mas demonstram que, dada a complexidade do

fenômeno, somente ela não basta para que se faça uma análise profunda do esporte e o significado que este assume nas diferentes sociedades.

Mas é preciso salientar a importância das teorias de Jean-Marie Brohm de Bero Rigauer e de outros autores dessa tradição se nos lembrarmos o quão positivo é a maioria dos discursos direcionados ao esporte, que esquecem que o treinamento esportivo é o domínio unilateral da natureza, a redução do corpo a mero objeto, a celebração da dor e do sacrifício. Antes sim advogam a favor do esporte o poder de construir corpos saudáveis, ativos, e controlados, atléticos e talvez “normais”, incluir a todos, de fomentar o nacionalismo. Torna-se difícil encontrar momentos em que características negativas do esporte sejam apresentadas. Ele é utilizado pelos governos para arregimentar a população, e pelos professores de Educação Física que pretendem legitimar sua prática. É o esporte que cura, que potencializa, que supera. Até mesmo em seus momentos mais negativos, como no uso de drogas e no caso das lesões ele é utilizado de modo que se torne um recurso ideológico que estimule a superação onde não pode existir o fracasso.

As idéias da Teoria Crítica do Esporte encerram, como toda teoria, limites, alguns deles apontados por seus críticos. Pode haver, por exemplo, um momento de jogo no esporte. A fruição de prazer que ele possui ou ainda a relação mimética de assemelhamento entre sujeito e objeto presente também no esporte, conforme os próprios frankfurtianos reconhecem (VAZ, 2000), talvez um momento de reconciliação. Entretanto, ela pondera o aspecto tão facilmente atribuído como positivo e sugere um *caráter afirmativo* do esporte. O esporte, como fruto desse modelo de sociedade, confirma sua crença na ciência, no progresso, afirma a condição de corpo reificado, de consciência nublada e de exaltação à técnica, algo que para Marcuse claramente evidencia uma condição *positiva*, regressiva e de dominação. Esse esporte que não

considera o corpo nas suas inúmeras possibilidades, que faz uso da técnica para dominar cada vez mais sua natureza, considerando apenas a performance e o desempenho e não o que há de *resto*, de esperança, de natureza reduzível no sujeito, não é o corpo-liberdade de que falava Marcuse.

Em um texto clássico, Marcuse (1997) acusa que o conceito original de cultura já não teria a mesma força, uma vez imiscuído na afirmação da sociedade administrada com a qual, aliás, o esporte parece guardar ampla afinidade. Para ele a arte estaria perdendo seu caráter negativo, sua função de ser uma outra experiência em relação à esfera da necessidade, do contingente. Seu lugar social dissonante, de crítica, de recordação de um mundo que não seja este, o da dominação, fica solapado. Nesse caso a arte teria um papel positivo, de confirmação da “felicidade” diária. Guardadas as devidas diferenças, é o que parece acontecer com o esporte.

Para Marcuse o esporte talvez pudesse ser um lugar para utopia de um corpo mais livre, assim como foi a arte para a cultura. Um corpo que não solapasse o que em si lembrasse a natureza. Que recordasse o quanto de natureza há no sujeito ou que pelo menos oferecesse esperança na busca de mais liberdade. Embora muitos afirmem que o corpo no esporte está mais livre porque exaltado, se pensarmos nos escritos de Marcuse o que acontece parece justamente o contrário. A utopia da qual falava Marcuse foi perdida, o corpo cada vez mais faz uso da técnica para aperfeiçoar o domínio que tem da natureza, fora de si, mas também de si mesmo. E o esporte é por excelência o desiderato da aplicação irrestrita da técnica. É o domínio cada vez maior e mais amplo que faz com que o esporte subjugu o corpo, inclusive com o uso de drogas para potencializa-lo

Não são pensamentos moralistas, ou mesmo maniqueístas que desenvolvemos em relação ao esporte. Antes sim, trata-se de tentar entender ou procurar o que há de

verdade nesse momento de inverdade. Como alguns autores, também podemos ponderar que é o atleta que se lança nas atividades. De “livre vontade”, é verdade. O que também não muda o fato de que nesse caso o esporte serve para afirmar uma sociedade que caminha pelo princípio do rendimento máximo, já subjetivado como norma onde tudo é esportivizado. Esse é um caráter mais que afirmativo para o esporte.

Uma sociedade que tem o progresso como fim, que pretende dominar a natureza e operacinalizá-la de todas as formas é confirmada pelo esporte. Nela os indivíduos apenas se sujeitam ao que deles é esperado. São relações sociais marcadas pela disciplina, obediência, hierarquia, competição, rendimento, sucesso que parecem ser reafirmadas pelo esporte. Sempre crentes no progresso utilizamos os esportes para afirmar nossa crença na evolução da civilização. Ele procura levar o corpo sempre ao seu máximo, ao limite e, por que não dizer, por vezes o limite é ultrapassado, não importa quais condições se fizeram necessárias ou quais foram as conseqüências. Aceitamos a idéia de que no treinamento desportivo, a dor – que nos lembra de nossa finitude – é superada, então ela deixa de ser o limite, e se transforma em fronteira que pode e deve ser ultrapassada. Uma crença no progresso que já cegou por vezes e esqueceu que esse mesmo progresso pode levar ao seu contrário: à regressão.

A mercadorização do esporte também deixa transparecer seu caráter afirmativo. Sua completa absorção pelo mercado demonstra seu caráter ideológico e a imensa capacidade da sociedade capitalista em transformar todos os fenômenos em objetos, nesse caso reificá-los. O esporte-espetáculo, utilizado pelos canais televisivos como algo rentável, orienta comportamentos e toda uma indústria do tempo livre, e é o exemplo mais claro deste processo. Mas também, a força de trabalho do atleta, medida e duplamente calculada como rendimento quantificado, como performance alcançada, retira os aspectos qualitativos do ser humano que a realiza, deixando apenas um valor

abstrato transformado em mercadoria (RIGAUER, 1981). Isso se dá pela seja equidade forjada entre corpo e a máquina, pelo *corpo mercadoria* ou pela condição *corpo, números e cifras*.

Como não poderia deixar de ser, a *indústria cultural* (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), organiza e hipertrofia o mercado dos modelos corporais, do rendimento e da performance. Surge dessa maneira uma *indústria cultural do corpo*, que a este transforma em infinita fonte de exploração mercantil. Ela multiplica os bens oferecidos, os oferece em todas as classes e segmentos de classe, contribuindo para o aparente bem-estar e satisfação do organismo. Pois, como já citamos acima, os produtos apenas parecem corresponder aos mais fortes anseios do indivíduo. Dessa forma, as revistas ilustradas que se ocupam do corpo e seu embelezamento e os canais esportivos que divulgam e exaltam os modelos corporais de beleza e perfeição, se transformam no mais claro exemplo da indústria da boa forma do emagrecimento e da performance.

É fato a grande importância pedagógica dirigida ao esporte como rendimento e em sua versão de lazer utilitário nas políticas públicas não somente brasileiras dado o poder a ele reconhecido de “curar” de vários vícios e melhorar a qualidade de vida da população, promessas que retardam o envelhecimento, evitem doenças, prolonguem a vida. Um novo higienismo que faz uso de estratégias tecnológicas para promover a adoração ao esporte. Uma espécie de controle social que em última instância tem o poder de confirmar esse modelo de sociedade que compartilhamos hoje.

Por fim, é preciso reafirmar a importância de que a Teoria Crítica do Esporte esteja aberta para outras perspectivas teóricas com as quais possa dialogar, assim como é preciso verificar de forma mais detida a relação entre a Teoria Crítica do Esporte e o legado da Escola de Frankfurt. O aparato teórico desenvolvido por Adorno e Horkheimer e principalmente Marcuse, não foi nem de perto esgotado pela Teoria

Crítica do Esporte, de maneira que permanece a necessidade de um diálogo mais fecundo com essa tradição, tanto naquilo que ela sugeriu especificamente sobre o esporte, quanto no que ainda pode, com grande extensão, oferecer como análise da sociedade contemporânea.

Se por um lado a Teoria Crítica do Esporte falhou ao muito parcialmente se inspirar nas teses frankfurtianas, cabe as novas pesquisas recuperar esses aspectos principalmente se levarmos em consideração que o esporte de rendimento alcançou patamares nunca imaginados por aquela tradição. O corpo-máquina, a adoração aos recordes, aos números e aos resultados é mais do que nunca algo materializado.

Levar estas pesquisas adiante, com mais precisão e talvez com menos parcialidade com que fizeram os Teóricos da Nova Esquerda parece ser tarefa para novos pesquisadores, levando em consideração a Teoria Estética de Adorno, a utopia de Marcuse e ainda outros aspectos da Teoria Crítica que se oferecem para a análise dos fenômenos contemporâneos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T W. Tempo Livre. In: *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 112-127. (Coleção Leitura).

_____. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. (Org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais: Theodor W. Adorno. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 92-99.

ALABARCES, P. *Treinta años de ciencias sociales y deporte en América Latina: un balance*. XXVI Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2002. [Cd-room].

ALBINO, B. S. *Biopolítica, indústria cultural e produção do corpo e bem-estar: um estudo sobre os dispositivos pedagógicos da revista Boa Forma*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina.

ALBINO, B. S.; HAMMES, P. D.; VAZ, A. F. *Certezas ambíguas: entre o dom e o mérito de ser bela, segundo a Revista Boa Forma*. *Lecturas Educación Física y Deportes*, v. 12, p. 1-10, 2008.

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Editora brasiliense, 1976.

BARTHOLO, T.L. ; SOARES, A. J. G. Identidade, Negócio e Esporte no Mundo Globalizado: o Conflito entre Guga e os patrocinadores na Olimpíada de Sidney. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, setembro, 2006, v. 28, n. 1, p. 55-72.

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambigüidades. *Movimento*. Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 89-112, maio/agosto de 2003.

- BENJAMIN, W. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: _____ . *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BRACHT, V. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
- _____. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1997a.
- BROHM, J. M. (Org). *Deporte, Cultura y Represión*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- CAVALCANTI, K. B. *A Função Cultural do Esporte e suas Ambigüidades Sociais*. In: COSTA, L. P. da. *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. São Paulo: Palestra, 1981, p. 301-316.
- _____. *Esporte para Todos: Um discurso ideológico*. Rio de Janeiro: Ibrasa, 1984.
- DAMATTA, R. *Universo do futebol: Esporte e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DUNNING, E. *Sport Matters. Sociological Studies of Sport, Violence and Civilization*. London und New York: Routledge, 1999.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel: Difusão Editorial LTDA, 1992.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2000.
- GASTALDO, E. L. A forja do homem de Ferro: a corporalidade nos esportes de combate. In: LEAL, O. F. *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 207-226.
- GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. v. 3: o Cultivo do Ódio.
- GOELLNER, S. V. *Esporte Moderno: memória e história*. Revista digital. Buenos Aires, 2004. Ano 10, n. 77. www.efdeportes.com.

GRUENAU, R. The Critique of Sport in Modernity: Theorising Power, Culture, and the Politics of Body. In: *DUNNING, E.; MAGUIRE, J. A.; PEARTON, R. A. (Org.) The Sports Process. A Comparative and Developmental Approach*. Champaign, IL: Human Kinetics, 1993, p. 85-109.

HANSEN, R.; VAZ, A. F. Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 26, n. 1, setembro de 2004. p. 135-152.

HANSEN, R.; VAZ, A. F. "Sarados" e "gostasas" entre alguns outros: aspectos da educação de corpos masculinos e femininos em academias de ginástica e musculação. *Movimento* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 133-152, 2006.

HEARGREAVES, J. *Sport, Power, and Culture. A social and Historical Analysis of Popular*. Sports in Britain. London, Palgrave, 1986. 258p

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

KUNZ, E. O esporte enquanto fator determinante da Educação Física. *Contexto e Educação*. Ijuí, ano IV, n. 15, 1989. p. 63-73 .

_____. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. 3 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

LAPLANCHE, J. *Vocabulário da psicanálise/ Laplanche e Pontalis; sob a direção de aniel Lagache; tradução Pedro Tamem*. 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 2001.

LASCH, C. A Degradação do Esporte. In: *A Cultura do Narcisismo: a vida americana Numa era de declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LENK, H. *Razão Pragmática*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1990.

LOUREIRO, I. (org). *Herbert Marcuse: A grande recusa hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Breves notas sobre a crítica de Herbert à Tecnologia. In: *Tecnologia, cultura e formação- ainda Auschwitz/* Bruno Pucci, Luiz antônio Calmon Nabuco Lastória, Belarmino César Guimarães da Costa. (Org). São Paulo: Cortez, 2003.

LOVISOLO, H. Sociologia do esporte: viradas argumentativas. XXVI Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2002. [Cd-room].

_____. *Educação Física. A Arte da Mediação*. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1995.

MARCHI, W. J. *Subsídios para uma discussão sociológica sobre a evolução do Voleibol*. Conexões Educação Esporte e Lazer, Campinas, n. 4, p. 128-135, 2000

_____. *A noção de progresso à luz da psicanálise*. In: *MARCUSE, H. Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 112-138.

_____. *A ideologia da sociedade industrial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

_____. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

MELO, V. A.. O Mar e Remo do Rio de Janeiro do século XIX. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 41-60, 1999.

MORAES, C. E. *Esporte proletário: uma leitura da imprensa operária brasileira (1928-1935)*. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEN, R. G.; DAMO, A. S. Fútbol y cultura. I. Ed. Buenos Aires: Norma, 2001. v1. 119p.

PILZ, G. A. Sociologia do Esporte na Alemanha. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos* nº 23. Tradução e notas Alexandre Fernandez Vaz.

PRONI, M. W. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: _____; Lucena, R. F.; Proni, M. W. (Org). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002.

MWEWA, M; VAZ, A. F. Corpos, Cultura, Paradoxos: Observações sobre o jogo de capoeira. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.27, n. 2, p. 45-58, janeiro 2006.

PAZIN, N. P. A.. *Do Esporte para Todos à Constituição de uma Pedagogia Corporal no Brasil (1970-1985)*. In: X Encontro Estadual de História, 2004, Fpolis. História: Trabalho, Cultura e Poder. Fpolis : ANPUH/ SC.

RIGAUER, B. *Sport and Work*. Columbia University Press, 1981.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos primeiros anos 20*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

STIGGER, M. P. *Esporte, Lazer e Estilos de Vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SILVA, T. B. *Aspectos da relação entre educação e domínio da natureza em Antonio Gramsci*. Dissertação (Mestrado em Educação) Florianópolis: PPGE/UFSC, 2007.

SLATER, P. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TOLEDO, L. H. Futebol e Teoria Social: aspectos da produção acadêmica brasileira (1982-2002). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v. 52, p. 133-165, 2001.

VAZ, A. F. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48, Agosto, 1999. P. 89-108.

_____. Técnica, Esporte, Rendimento. *Revista Movimento*. Porto Alegre, vol. VII, 2001. p. 87-99.

_____. Na constelação da destrutividade: o tema do esporte em Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. *Motus Corporis*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, 2000, p. 65-108.

_____. *Teoria Crítica do Esporte: Desdobramentos, crítica e possível atualidade*. 27º ANPOCS. 2003. Anais.

_____. Dopagem, esporte, performance: notas sobre os limites do corpo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 23-36, 2005.

VAZ, A. F. ; TORRI, G.; BASSANI, J. J. Dor e tecnificação no contemporâneo culto ao corpo. *Pensar a Prática* (UFG), v. 10, p. 93-105, 2007

VIEIRA, C. L. N.; VAZ, A. F. *Experiência, Esporte e Formação Docente Em Educação Física*. In: *III Congresso Brasileiro de Formação de Professoras e Professores: Memória, Saberes, Política e Práticas Docente*. 2006, Campo Largo. Anais do Congresso. Campo Largo: Faculdade Cencista de Campo Largo, 2006. p. 27-29.

VINNAI, G. *El fútbol como ideología*. 4 ed. México, **1986**.

ZIZEK, S. El callejón sin salida de la “resublimación represiva”. In: *Las metástasis del goce: seis ensayos sobre la mujer y la causalidad*. 1. ed. Buenos aires: Paidós, 2003. p.

WACQUANT, L. Putas, Escravos e Garanhões: linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais. *Mana*. Rio de Janeiro, 2000. vol 6. n.2. p.127-146.

ANEXO

9.1 HERBERT MARCUSE: CORPO, DOMINAÇÃO E DESSUBLIMAÇÃO REPRESSIVA

A técnica por si só pode promover tanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo. (Herbert Marcuse)

Vinculado ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Herbert Marcuse foi o autor mais engajado politicamente do que se conhece hoje como Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt. Juntamente com Theodor W. Adorno e Max Horkheimer desenvolveu críticas radicais à ciência unidimensional e à razão instrumental. Foi um dos autores da Escola de Frankfurt que mais fortemente denunciou o aniquilamento da subjetividade nos tempos contemporâneos. Para ele, assim como para seus colegas, haveria um caráter irracional na própria razão que seria destruidor do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas, processo este que encontraria seu melhor destino no capitalismo avançado.

Marcuse foi além da denúncia dessa diminuição do sujeito, apontando causas e efeitos desse movimento. Haveria, em razão dessa destruição, uma aceitação “natural”, cômoda e quase feliz desse estado de coisas que parecia não ter como fins a liberdade e a promoção humana. A independência do pensamento, a liberdade de escolha, as oposições políticas, teriam perdido sua função porque não seriam mais necessárias diante de uma sociedade que “satisfaria” todos os anseios e necessidades de seus indivíduos pelo modo como é organizada (MARCUSE, 1969). Essa sociedade completamente funcional, onde todos possuem um papel a desempenhar, da forma como se estrutura constrói e controla os desejos dos indivíduos. Da mesma forma, para que o controle seja eficiente ela satisfaz esses desejos solapando as eventuais discordâncias, as possíveis reações contrárias. Preocupados em possuir o telefone mais avançado, a televisão digital, e preocupados principalmente em manter seus empregos,

os indivíduos desempenham exatamente o papel que se espera deles. Para o autor, o principal vetor desse processo seria a técnica. Promotora desse estado de coisas, ela teria tido sua função de promover progresso humano desviada e teria sido utilizada de forma contrária ao seu papel de apenas servir ao homem. Não mais coadjuvante, ela teria se tornando inclusive, um fim em si mesma.

A função primeira da técnica deveria ser o favorecimento da existência humana por meio da gratificação das necessidades, isto é, livrar o homem do sofrimento. Isto é, ela ajudaria a promover a satisfação de necessidades que além de oferecerem gratificação pulsional, também conduziriam à ampla utilização de seus recursos intelectuais. A gradativa utilização da técnica deveria conduzir a humanidade à diminuição do sofrimento e do trabalho e ao aproveitamento *racional* dos recursos naturais. Ela em parte cumpriu seu papel, quando pensamos no progresso que a humanidade alcançou, ou que acredita ter alcançado, já que nem sempre o progresso da sociedade quer dizer progresso do gênero humano. Mas, por outro lado, sua inicial “neutralidade”, sua função primeira, foi desviada na sociedade para criar necessidades que não são diretamente oriundas dos indivíduos. Em outras palavras as conseqüências que se seguiram à utilização irrefreada da técnica tornaram o homem refém de um conjunto de normas e regras que tem interesse em deixá-lo cada vez mais preso aos seus domínios sem que uma preocupação efetiva com a subjetividade humana esteja presente.

Segundo Loureiro (2003), essa denúncia de Marcuse sobre a técnica foi alvo de ponderações importantes. A primeira delas tem origem na esquerda marxista ortodoxa³⁴ que o via como contrário ao progresso e à técnica, pois a tradição marxista sempre acreditou no poder do progresso para que mais tarde acontecesse a transição do

³⁴ Conferir: SLATER (1978).

capitalismo ao socialismo por meio da Revolução Proletária³⁵. A Revolução, nos moldes que alcançou no século XX, romperia o aparato político destrutivo, mas manteria o aparato técnico, fator de progresso. Para Marcuse, no estado em que a sociedade se encontrava, a técnica estaria personificada no aparato produtivo, tornando-se meio de controle e coesão do universo político que incorpora as classes (trabalhadoras) que inicialmente deveriam promover a transformação.

Essas assertivas de Marcuse aparecem, por exemplo, nos textos em que critica o fascismo. Para ele também a sociedade fascista utilizou a técnica e a tecnologia como força de dominação das massas. Do mesmo modo, ao criticar a técnica, Marcuse afirma que o Nacional-socialismo soube utilizar a crença nela para dominar inteiramente um país, tendo sido nada mais que uma administração de caráter totalitário que aboliu tanto o Estado, quanto a própria possibilidade de contestação da sociedade. O Nacional-socialismo foi um domínio absoluto das relações privadas e sociais e a repressão absoluta do indivíduo, eliminando qualquer resquício de um estado moderno, já que neste o poder era de certo modo limitado e o sujeito ainda possuía direitos (MARCUSE 1999).

Foi o sucesso, a expansão econômica e imperialista personificada na imagem de Hitler que tornou o fascismo admissível e fez com que este permanecesse tanto tempo em vigor. Isso foi possível pela perfeita manipulação das massas, organizadas pelo aparente sucesso econômico, fruto de uma completa e feliz administração da tecnologia e de uma racionalidade dirigida à manipulação. Marcuse a chama de racionalidade técnica porque “tem origem no processo tecnológico e daí é aplicada para ordenar todas as relações humanas.” (MARCUSE, 1999, p.118).

³⁵ Sobre o tema conferir : SILVA (2007).

Marcuse também era estigmatizado pela direita que ficava horrorizada com o caráter *antitecnológico* de seu discurso e pela aparente “rejeição à idéia de progresso” (LOUREIRO, p. 20), posição, por exemplo, de Hans Lenk (1975) quando critica as assertivas de Marcuse sobre suas ponderações sobre a técnica e sobre o esporte. Loureiro, entretanto, chama atenção para as confusões que as críticas a Marcuse podem ter feito, já que talvez não tenha sido o objetivo do autor abolir a técnica. Como outros autores da Teoria Crítica, Marcuse denunciou o desvio do papel da técnica na sociedade, mas não deixou de acreditar que progresso seria sempre melhor que obscurantismo. Antes sim, as críticas ocorreram em função de confusões terminológicas entre ciência, técnica e tecnologia, expressões presentes na obra de Marcuse.

Há para o autor diferenças no que se refere à técnica e à tecnologia. A primeira seria um elemento parcial, o conjunto dos fatores da produção presentes nas máquinas, como carros, computadores, instrumentos ou meios de produção. Já a segunda, seria o modo de produção, a totalidade dos instrumentos e dispositivos da era industrial e mecanizada, que estaria personificada em um sistema de dominação tecnológico. A tecnologia teria se tornado “uma forma de organizar e perpetuar (modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamentos dominantes, um instrumento de controle e dominação” (MUMFORD apud MARCUSE, 1999, p. 71). A técnica que para Marcuse poderia servir tanto à dominação como à liberdade teria sido absorvida por este sistema. Não se trata, portanto, somente da condenação da técnica pelo autor, antes sim o caráter de domínio que para ele esta assumiu. O autor preocupava-se com a crença irrefletida no poder da técnica e do progresso que teria assumido um caráter total. Nas palavras dele: “O comércio, a técnica, as necessidades humanas e a natureza se unem em um mecanismo racional e

conveniente... A eficácia em termos de razão tecnológica é, ao mesmo tempo, concentração e padronização monopolistas”. (MARCUSE, 1999, p. 33).

O que podemos afirmar é que para Marcuse a utilização desviada da técnica de certa forma impediu a promoção humana, e não se poderia mais falar em neutralidade quando a ela se referir: “Em face dos aspectos totalitários desta sociedade, não é mais possível falar em ‘neutralidade’ da tecnologia. Não é mais possível isolar a tecnologia do uso ao qual ela é destinada; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que funciona no próprio plano das concepções e das construções técnicas” (MARCUSE apud LOUREIRO, 2003, p. 20). Por outro lado também reconhece que há uma racionalidade inerente à técnica e que a impulsiona ao aperfeiçoamento, mas que é limitada, por vezes, pelos interesses privados das classes dominantes (LOUREIRO, 2003, p. 21). Essa posição quase “romântica” de Marcuse sobre a técnica, fruto da influência de Heidegger em seu trabalho³⁶, foi questionada quando este se deparou com um modelo de sociedade industrializada que desviou o papel daquela.

Quando escreveu *A Ideologia da Sociedade Industrial* (1969), Marcuse atacou violentamente o estado pós-industrial, o *Welfare State* e denunciou a atuação do controle tecnológico, porque este não mais que parecia ser a “própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais” (MARCUSE, 1969, p. 30). Do mesmo modo ele apresenta também a forma como enxergava o lugar da técnica na sociedade industrializada ou o papel ambíguo que esta assumiria. Sem ela seria impossível o progresso humano, mas, ao mesmo tempo, era ela que havia se tornado a

³⁶ Marcuse após ter lido *O ser e tempo*, de Martin Heidegger retorna de Berlim para Freiburg com a intenção de estudar Filosofia e realizar sua habilitação com Heidegger. Entretanto, por razões obscuras e aparentemente diversas, o processo de habilitação acontece por meio de outros professores e logo em seguida ocorre sua ligação com o Instituto de Pesquisa Social e sua posterior saída da Alemanha. Marcuse então, toma conhecimento da ligação entre seu professor e o nacional-socialismo, já que este havia se tornado reitor da Universidade de Freiburg e realizado discursos a favor do regime. E por mais tarde o mesmo Heidegger ter se silenciado sobre os inúmeros crimes nazistas, Marcuse rompe relações com este de forma permanente (MARCUSE, 1999a).

vilã da civilização. A inicial racionalidade da técnica voltada ao desenvolvimento foi desviada de modo que seu papel foi invertido. As pessoas “encantadas” com o que a técnica lhes proporciona não se dão conta da exploração a que são submetidas e até mesmo desejam que sua condição não se altere, já que se reconhecem como parte desse universo e que esse é o papel que se espera delas.

Ao perceber que a tecnologia poderia talvez favorecer o rompimento ou ainda diminuir a repressão imposta, pois, deixando mais tempo livre do trabalho as pessoas se dedicariam ao seu progresso como ser humano, a sociedade funciona de modo que repressivamente evite o avanço da humanidade, ou, como nos mostrará Marcuse, buscará um meio para que as soluções encontradas pelo homem para fugir do jugo manipulador aja em seu sentido contrário. Os indivíduos satisfeitos com o progresso e a falsa satisfação de suas ilusórias necessidades “comprariam” a idéia da felicidade aparente.

O que Marcuse denuncia nesse momento e que parece fundamentar essa “felicidade” são alguns fatores que ele via presentes na sociedade pós-liberal norte-americana e da Europa Ocidental. O Estado de bem-estar social se punha como um conjunto de regras que geravam condições de vida e de trabalho superiores ao que se tivera até então, e parecia mostrar a sociedade desenvolvida como uma espécie de máximo momento de conforto e desenvolvimento para a população. Isso acabou por conduzir ao recuo dos movimentos dos trabalhadores e a aproximação dos sindicatos com o Estado. Havia muito menos interesse em abolir o trabalho (alienado), antes, sim, em permitir melhores condições de trabalho, promoções, férias, prêmios e lucros.

Se o padrão de vida se tornava cada vez mais crescente, se os benefícios que o Estado apresentava eram tão confortáveis, o não-conformismo era algo que parecia não fazer sentido. A afirmação do poder do Estado se dava pelo testemunho da técnica como

fiadora de um sistema que parecia produzir felicidade e que dispensava o julgamento crítico dos indivíduos

Essa denúncia levou Marcuse a ser novamente criticado por forças de esquerda, já que ele apontava um conluio de poderes entre dois lados, antes antagonistas, e ainda afirmava que os programas dos grandes partidos quase que se indiferenciavam, unidos pela promessa do progresso (MARCUSE, 1969). Essa unificação dos antes opostos era para ele mais um fator que dificultava as possibilidades de transformação social. Talvez por isso Marcuse tenha visto com tão bons olhos o movimento dos estudantes de 68. Parecia ser esse um “grito” de esperança, pois com as motivações propiciadas pelo desenvolvimento técnico surgia um universo de tal modo manipulado que as frustrações eram controladas e os conflitos estabilizados pelos efeitos da benesse social e da produtividade crescente.

Esse novo modo incorporado pelo mundo do trabalho enfraqueceria as principais bases que poderiam conter a transformação, quando a dominação inicial está transfigurada em administração total. A tecnologia aparece como uma névoa, escondendo a servidão e a desigualdade por meio da racionalidade objetiva que parece buscar sempre o progresso, mas age de maneira contrária. Assim, acaba moldando os impulsos e as aspirações dos indivíduos obscurecendo a diferença entre a falsa e a verdadeira consciência. A dominação não é mais física, é política e psicológica, e as classes parecem igualar-se pela esfera do consumo. “Todo protesto é insensato e o indivíduo que persistisse em sua liberdade de ação seria considerado excêntrico.” (MARCUSE, 1999, p. 80).

Há apenas uma existência permitida, “(...) há apenas uma dimensão, que está em toda parte e em todas as formas.” O que o autor chamou de sociedade unidimensional, e que diz respeito a apenas uma existência possível. (MARCUSE, 1969, p. 31). O aparato

produtivo, racional e tecnológico vende essa ilusão, essa idéia, e impõe a maneira como deve funcionar a sociedade. O trecho a seguir explicita essa nova forma *ideológica* proporcionada pela técnica e pela razão:

Os meios de transporte, e comunicação em massa, as mercadorias em casa, alimento, roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes ao todo. Os produtos doutrinam e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune a falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos a disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. E é um bom estilo de vida – muito melhor do que Dante – e como bom estilo de vida milita contra transformação qualitativa. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento *unidimensionais* no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão qualitativa. (MARCUSE, 1969, p. 32).

Quando Marcuse fala sobre uma *sociedade unidimensional*, discorre sobre uma coletividade onde todos os universos, tanto públicos e privados, técnicos e culturais, operam de forma a conter qualquer possibilidade de transformação. Nela o aparato de dominação é total. Essa mobilização total, como dissemos, é dada pela crença na técnica como detentora das possibilidades de progresso, ou seja, da superestrutura produtiva, do bem-estar proporcionado pelo Estado e pela aparente possibilidade de felicidade que os bens culturais assinalam.

Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão qualitativa. (MARCUSE, 1969, p. 32).

Marcuse acusa que a crença no progresso vem permitindo que a produtividade do trabalho e essa eficiente industrialização sirvam para a restrição e manipulação das necessidades. O progresso vai além e ele próprio cria as necessidades do indivíduo. No auge, este não sabe mais por que precisa de um aparelho que corta, rala, amassa, centrifuga e descasca um alimento, sabe apenas que “precisa” e deseja o aparelho com ardor. Se isso é desenvolvido – e de fato o é – a dominação torna-se completa e se estende a todas as esferas, a tecnologia revela seu caráter político ao se tornar o grande veículo desse processo, criando um “(...) universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente, são mantidos em um estado de permanente mobilização para a defesa desse universo.” (MARCUSE, 1969, p. 37).

Nesse contexto, o conceito de *dessublimação repressiva* desenvolvido por Marcuse e alguns conceitos de Freud, que foi um dos autores mais importantes para a construção teórica do primeiro, precisam ser apontados porque são importantes para entendermos essa forma de integração do sistema capitalista. É no contexto da *dessublimação repressiva* que acontece a satisfação imediata e que parece oferecer a realização dos desejos.

Segundo Freud (2000), é por meio da administração das pulsões³⁷ que conseguimos viver em sociedade. Esse foi o modo que encontramos para a civilização se constituir. Essa “organização” das pulsões é governada por dois princípios: o *princípio do prazer* e o *princípio da realidade* que, grosso modo, correspondem aos processos inconscientes e conscientes da mente humana. O *princípio de prazer* faz parte do processo mental não consciente. É aquele que promete ao homem o prazer irrestrito,

³⁷ Pulsão é um processo dinâmico que consiste numa pressão ou força que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem sua fonte numa excitação corporal e o seu objetivo ou meta é suprimir este estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir sua meta (LAPLANCHE, 2001, P. 394)

a realização dos desejos mais recônditos. Esse prazer é, em sua gratificação plena, incompatível com a vida em sociedade. Sem negar o *princípio do prazer* inerente ao humano, seria impossível que a civilização tomasse o curso que tomou. Foram as normas sociais, a negação das pulsões, que permitiram ao homem a vida em sociedade.

Em oposição ao primeiro, já que ele não pode se realizar plenamente, a sociedade encontrou uma forma para viver: o *princípio de realidade*, processo consciente que tenta nos proteger de sentimentos de desprazer. Trata-se da repressão das pulsões, mediada pelas normas da sociedade. Essa negação foi, portanto, um fenômeno histórico necessário para nossa constituição. Se estávamos originalmente orientados para o ilimitado ganho do prazer, o que a sociedade exige para constituir-se é a repressão e ou sublimação dessa energia.

Esse processo consciente dado pelo *princípio de realidade* impõe renúncia aos nossos desejos ou ao menos adiamento destes. É, portanto, incompatível com o *princípio de prazer*. Na verdade esse adiamento da gratificação é dado não pelo homem, e sim pelas regras da sociedade que “orientam” o sujeito por normas aceitáveis. Entretanto, as pulsões não são aplacadas de forma definitiva. Elas continuam latentes tentando ultrapassar o obstáculo imposto pela civilização, exercendo uma força constante em direção ao consciente e sendo contrabalanceadas por uma contrapressão também constante.

Nossas possibilidades de felicidade ou tentativas de não experimentar a infelicidade são, portanto, restritas ou ainda provenientes da satisfação de desejos que são reprimidos ou parcialmente satisfeitos. Como restringimos nossas possibilidades de satisfação em nome de nossa convivência em sociedade para Freud, a infelicidade é bem mais fácil e mais freqüente de acontecer. Segundo o autor, estamos sujeitos ao sofrimento e à infelicidade ou ainda ao desprazer oriundos de três direções: dos

relacionamentos com os outros, do mundo externo e do nosso próprio corpo. Para ele o sofrimento que advém dos relacionamentos com outros homens pode ser diminuído com o isolamento, com o afastamento voluntário das outras pessoas. Contra o desprazer advindo do mundo externo o autor diz que só podemos nos defender ao nos afastamos dele ou ainda com a intoxicação que do mesmo modo que o afastamento, nos isola em um mundo à parte, como em um refúgio. Porém, para ele, este tipo de saída pode atuar de modo contrário, já que despende uma grande cota de energia que poderia ser utilizada de forma que melhorasse a vida humana e seu processo não é dominado nem conhecido suficientemente pelo homem.

Para o sofrimento que nosso próprio corpo pode proporcionar Freud aponta duas defesas possíveis. Poderíamos dominar nossas fontes internas de desejos e necessidades, o que resultaria numa moderação de nossas reivindicações de prazer, como que influenciando nosso próprio processo mental, algo que não é tão simples e fácil, mas que pode ser alcançado, segundo ele, com práticas que influenciam nossas vontades como a yoga ou ainda filosofias chamadas de “orientais” que prevêm o domínio (parcial) dos desejos ou as fontes internas das nossas necessidades, gerando uma diminuição nas potencialidades de satisfação. Porém, a segunda alternativa apontada pelo autor é a que mais nos interessa. Trata-se do deslocamento da libido, o que Freud chamou de sublimação.

A *sublimação* é uma das formas encontradas para nos relacionarmos com essa negação do *princípio do prazer*. É um processo econômico que visa deslocar o desejo sem que a intensidade da satisfação seja perdida e sim utilizada para criar algo que a sociedade agregue grande valor. Ao reorientar os impulsos advindos da pulsão sexual (da pulsão de vida) para objetivos sem qualquer relação mais direta com a sexualidade,

geralmente atividades artísticas ou intelectuais ou ainda profissionais³⁸, que são muito valorizadas socialmente, a pulsão coloca à disposição do homem grandes quantidades potenciais de realização, e utiliza sua capacidade de deslocar-se de objetivo. Trata-se da troca da meta originalmente sexual por outra que se aparenta com ela e que gera grande possibilidade de satisfação³⁹.

A tarefa aqui [sublimação] consiste em reorientar os objetivos instintivos de maneira que aludam a frustração do mundo externo. Para isso, ela conta com a assistência da sublimação dos instintos. Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual. Quando isso acontece, o destino pouco pode fazer contra nós. Uma satisfação deste tipo, como, por exemplo, a satisfação do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial que, sem dúvida, um dia poderemos caracterizar em termos metapsicológicos. (FREUD, 2000, p. 143).

Essa seria uma das mais importantes soluções para suprir a frustração de renunciar para conseguir viver. Se a civilização domina e reprime para fazer viver, algo sobrevive no inconsciente e tenta a todo custo superar essa barreira. A sublimação, desse modo, além de permitir certo prazer, também mantém nossa consciência da necessidade de felicidade, porque retém e reconhece a premência da liberação deste jugo repressivo e desse modo oferece possibilidades de emancipação humana, algo que pode ser combativo a uma sociedade que, segundo Marcuse, exacerbou a repressão⁴⁰.

³⁸ Entretanto, Freud alerta que esta defesa pode não estar acessível a todas as pessoas, já que as atividades artísticas ou intelectuais pressupõem alguns dotes que nem sempre estão acessíveis para todas as pessoas. Também lembra que o trabalho, no caminho para a felicidade, não é altamente prezado pelos homens. (FREUD, 2000, p. 144).

³⁹ É preciso lembrar, entretanto, que a satisfação dos impulsos que Freud chamou de mais “grosseiros”, ou mais “naturais” é sempre maior do que aquela oferecida pela sublimação.

⁴⁰ Segundo Adorno, esta aplicação da Teoria Freudiana impõe uma contradição que nunca será superada pela sociedade. Por um lado todo o desenvolvimento da civilização, tudo que esta acumulou e que chama de cultura, está condenada porque em benefício dela o indivíduo reprime suas pulsões e as potencialidades desta. Por outro lado, essa repressão das pulsões é a condição necessária e insuperável,

O que acontece na sublimação é um deslocamento da libido, uma forma de oferecer um prazer mediado e não nocivo à sobrevivência do homem. O que Marcuse aponta é que a sociedade acentuou essa repressão necessária da libido num grau elevado e desnecessário. E o grande veículo no qual essa repressão encontrou destino foi o corpo.

Nossa busca se dá, portanto, pela felicidade moderada ou possível, em parte por aquela oferecida pelo desvio de nossas pulsões. Contudo, para Marcuse, na sociedade industrial a sublimação foi desviada de sua função original e, associada a outros fatores, ajudou a instituir uma forma de dominação ainda mais efetiva, dada pelo que ele chamou de *dessublimação repressiva*. O que acontece é que o indivíduo acaba por prender-se nas coisas que antes eram produzidas pela sublimação como alternativa a uma existência socialmente ajustada. Ao contrário de negar o modo como o mundo exterior lhe subjuga, lhe impõe sofrimento e privações, o indivíduo se integra a ele de forma ainda mais efetiva ligando-se ainda mais aos objetos pertencentes a este mundo. Ao invés de desenvolver relações sociais com as outras pessoas o indivíduo relaciona-se com as coisas, com os objetos.

Marcuse acusa que há na sociedade tecnológica e industrial um interesse em reprimir as necessidades que podem exigir a libertação (inicialmente orientadas pela sublimação, como acontece na arte como protesto). Já que o *princípio de prazer* precisa ser reprimido, seus desvios pela sublimação devem estar em concordância com o que é aceito pela sociedade, pois libertação de pensamento é algo que não interessa ao *status quo*. A civilização oferece aos indivíduos um deleite mais fácil e que aparentemente imponha menos frustração. Ela trata de construir para ele valores, hábitos, objetos, necessidades que o prendem nesse mundo e não exigem que este negue suas vontades e

não só para a efetiva realização das artes sérias ou mais elevadas, mas para que consigamos viver em sociedade. (ADORNO apud ZIZEK, 2003).

desejos. Ele perde sua subjetividade no momento em que aceita o gozo imediato diferente do prazer proporcionado pela sublimação de suas pulsões. Desse modo acaba negando a possibilidade de uma transformação efetiva da sociedade, onde realmente haja progresso humano ou pelo menos a consciência da servidão. O indivíduo se encontra “satisfeito” e desse modo impedido de pensar fora deste estado de coisas. O que se apresenta a ele é suficiente.

Longe de oferecer ao indivíduo uma existência menos reprimida onde este possa usufruir de toda sua individualidade, de prazer, e na procura de um mundo mais confortável, ele é ainda mais reprimido, já que necessidades falsas são atendidas e suas reais pulsões são cada vez mais negadas. O prazer desaparece totalmente dando lugar ao gozo imediato. Como querem viver e sofrer o menos possível, os indivíduos se prendem nessa engrenagem que não controlam, mas que aparentemente proporcionam uma existência que não oferece desprazer.

O *eu* que mediava as manifestações do *id* (inconsciente que sobrevive à sublimação das pulsões) e o *superego* (que representa as repressões das normas da sociedade) têm seu papel destruído na sociedade. Pois, essa sociedade agora triunfa sobre o indivíduo. Por meio da *dessublimação*, o eu perde sua autonomia e o superego toma o controle de todas as situações. O indivíduo destituído de suas pulsões (*ego*) se reduz a aceitar os ditames do superego, que nada mais é nesse momento que as ordens e normas sociais. Esse aparato se aproveita do sujeito com o eu fragilizado ou ainda um eu que nem existe mais, pois a sociedade parece assumir o papel deste e a tensão entre *ego* e *superego* não é mais problema.

A sociedade por meio dos seus ditames aponta quem é o sujeito e como ele deve ser. Por meio dos desejos pré-condicionados, dos grupos, dos hábitos, o indivíduo torna-se aquilo que desejam dele. Ele, por sua vez, nega os seus desejos inconscientes em

favor daqueles produzidos pela sociedade e internalizados pelo superego. Para todas as subjetividades possíveis há um sem número de comportamentos e de desejos adequados. Se o indivíduo não se comporta como se espera, fica desajustado da engrenagem, entretanto, logo é incluído em outra categoria na qual também há um comportamento determinado e esperado.

Es en este contexto donde debemos medir el impacto de la “desublimación represiva”: em él, la psicología es también superada, pues los sujetos se hallan privados de la dimensión “psicológica” em el sentido de una profusión de “necesidades naturales”, de motivaciones libidinales espontáneas. Sin embargo, es superada no a través de una reflexión liberadora que le permita al sujeto apropiarse de su contenido reprimido, sino “em el sentido opuesto”: es superada a través de una “socialización” directa del inconsciente provocada por el “cortocircuito” entre el ello y el superyó a expensas del yo. La dimensión psicológica, es decir, la sustancia vital libidinal, es por tanto “superada” em el sentido hegeliano estricto: es mantenida, pero está privada de su carácter inmediato y aparece completamente “mediada”, manipulada por el mecanismo de la dominación social. (ZIZEK, 2003, p. 34).

Constrói-se, desse modo, por meio desse oferecimento de prazer ilimitado, por meio da *dessublimação repressiva* a obrigação do gozo para aquele corpo que antes sofria com a negação de seus desejos. E para que os supostos “desejos” sejam cada vez mais atendidos, a sociedade utiliza as condições materiais mais desenvolvidas (técnicas) para a produção do gozo..

Para Marcuse, nesse modelo de racionalidade dirigida à dominação, o que está em pauta é a sufocação das necessidades que pedem pela libertação. Novas necessidades substituem as reais. As necessidades antes advindas do indivíduo são precondicionadas para que este faça suas escolhas dentro do escopo que lhe é oferecido. Sob esse jugo, a “liberdade” é conduzida a ser não mais que um (mas, o mais importante) instrumento de dominação.

É importante enfatizar que a repressão e a falta de liberdade, para o autor, não começam na produção de objetos e no consumo das pessoas. Não é escolhendo entre sapatos, livros, comidas, que as pessoas são doutrinadas. Há muito que estas escolhas já são conduzidas, desde cedo mergulhadas em um mundo que parece livre, mas que, na verdade, as pré-condiciona a acreditar que possuem liberdade (MARCUSE, 1969). Esta liberdade de escolha é fornecida no contexto da *indústria cultural*. Tudo é oferecido aos indivíduos, como numa imensa loja de departamentos. Um sem-número de opções adequadas ao estilo que se quer vender (ou ao qual o indivíduo deve pertencer) é proporcionado. Os estilos, embora pareçam diferentes, são na verdade um só, sempre o mesmo, o da não liberdade vestida nas cores da diversidade de escolhas:

A diferença entre a série Chrysler e a série General Motors é no fundo uma distinção ilusória, como já sabe toda criança interessada em modelos de automóveis. As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. O mesmo se passa com as produções da Warner Brothers e da Metro Goldwyn Mayer. Até mesmo as diferenças entre os modelos mais caros e mais baratos da mesma firma se reduzem cada vez mais: no automóveis, elas se reduzem ao número de cilindros, capacidade, novidades do gadget, nos filmes ao número de estrelas, à exuberância da técnica, do trabalho e do equipamento, e ao emprego de fórmulas mais recentes. O critério unitário de valor consiste na dosagem da *conspicuous production*, do investimento ostensivo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116).

O indivíduo se transforma em instrumento desse universo. Um instrumento pré-condicionado a agir de um modo preciso, onde não interessa o sentido dos produtos que ele consome e onde apenas o consumo irrefreado e sem mediação é esperado. Nesse caso, as relações com as mercadorias não são mais problemáticas, pois aquele não é mais que o conjunto de suas aquisições e bens tornando-se aquilo que ele possui. O louvor à produção técnica que permite a infinidade de produtos é a coadjuvante do

processo. E se a técnica é que propicia esta relação, sua noção de inicial neutralidade cai diante de seu uso:

Sua produtividade e eficiência [da técnica], sua capacidade para aumentar e disseminar comodidades, para transformar o resíduo em necessidade e a destruição em construção, o grau com que essa civilização transforma o mundo objetivo numa extensão da mente e do corpo humanos torna questionável a própria idéia de alienação (MARCUSE, 1969, p. 29).

E desse modo a *mais repressão* apontada por ele é mais que o simples recalque das necessidades. Se esse desvio da libido era e é a necessidade imposta para a sobrevivência, essa administração pulsional é a responsável pela submissão “feliz” a que os indivíduos se entregam. Nessa esfera, os fatores transcendentais da existência humana que o desenvolvimento tecnológico poderia proporcionar (já que mais desenvolvimento resultaria em menos tempo desperdiçado no trabalho e mais tempo utilizado para promoção humana) geram satisfações que pressupõem submissão e que diminuem a vontade e a racionalidade necessárias para o protesto (MARCUSE, 1969).

O homem perde sua individualidade, não porque o obrigam, mas sim pela racionalidade em que vive. Ele renuncia à liberdade e à individualidade em favor da própria razão autoconservadora. Ele sente que faz parte dessa sociedade e dela não quer se distanciar. O que acontece é o condicionamento para aceitação do que é oferecido. O indivíduo adapta-se a um mundo que não lhe oferece perigo (e tampouco ao sistema do qual faz parte) e que parece proporcionar a satisfação de todas suas necessidades. O sujeito totalmente integrado não consegue produzir a consciência necessária para atingir o progresso humano. Nesse caso, todo o progresso técnico não possibilita, mas, ao contrário, impede que transformações sociais aconteçam.

As satisfações subjetivas impostas pela *indústria cultural* se tornam agora o novo sujeito: *És um atleta, um funcionário público, um pai de família, ou um sujeito*

descolado; debes se comportar, comprar, movimentar-se como seria próprio a você ou a categoria a qual pertence. Se te reconheces no papel a ti atribuído, não faz sentido negar o que lhe é apresentado. Sem perceber atribuímos ao particular a totalidade que nos é apresentada.

É a tecnologia que possibilita a não-liberdade do homem. Ela também nega a possibilidade (por que não dizer técnica) de o indivíduo ser autônomo, de determinar suas próprias aspirações e desejos. Na verdade, essa liberdade não parece irracional, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. “A racionalidade tecnológica protege, assim, em vez de cancelar, a legitimação da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade totalitária ou unidimensional.” (MARCUSE, 1969, p.155).